

1. O predomínio britânico: do «Ultimatum» ao reconhecimento internacional da República

Para se compreender a fatalidade do *Ultimatum* devemos recuar à última tentativa da Monarquia Constitucional para erguer um sistema de relações internacionais menos dependente da aliança com a Grã-Bretanha. Essa tentativa ocorreu quando do episódio do «Mapa Cor-de-Rosa» em 1886. Com efeito, Luciano Cordeiro e Barros Gomes conceberam o plano do «Mapa Cor-de-Rosa» através de duas convenções, uma celebrada com a França e a outra com a Alemanha de Bismark.

Os coloniais portugueses puderam observar de perto a influência e as características de Bismark quando da Conferência de Berlim entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, o Chanceler alemão serviu de medianeiro na partilha de África então efectuada.

Para homens como Barbosa du Bocage, Luciano Cordeiro e Barros Gomes a emergência da Alemanha como potência extra-europeia parecia um dado irreversível e irão ser tentados a procurar na Alemanha o apoio internacional que faltava a Portugal nas questões africanas. Afinal, Londres não apoiara Lisboa na Conferência de Berlim face às pretensões da Associação Internacional Africana no diferendo sobre o Congo...

Essa orientação mais pró-germânica era até uma maneira de libertar Portugal da protecção, às vezes asfixiante, da Grã-Bretanha.

Falhou esse grande desiderato de ligar Angola à contracosta com o apoio alemão. Com efeito, no final do ano de 1888 o Chanceler alemão Bismark escrevia a propósito da querela de Zanzibar: «Nada fazer sem inteligência com a Inglaterra; a Inglaterra é mais importante para nós do que Zanzibar e toda a África Oriental».

Quando da discussão do Parecer n.º 102, relativo às bases do Tratado entre Portugal e a Grã-Bretanha, em Junho de 1891, Barros Gomes defende-se de ter sido o autor da política do «Mapa Cor-de-Rosa»: «Eu não fui o autor do mapa cor-de-rosa. Apareceu ele anexo a um dos protocolos das conferências celebradas em Paris para delimitação da Guiné»¹.

A intervenção de Barros Gomes, um dos promotores do «Mapa Cor-de-Rosa» versa, sobretudo, a questão das alianças. Defende-se de alguma vez ter hostilizado a Grã-Bretanha: «O critério único a que os meus actos sempre obedeceram foi o de procurar chegar a um acordo, mas um acordo honroso, com a Inglaterra».

E acrescenta: «Mas constituiu, porventura, em minhas mãos, o mapa cor-de-rosa um insuperável obstáculo a uma inteligência com a Grã-Bretanha? Os documentos provam precisamente o contrário»².

Só a atitude de Londres em pretender uma delimitação atentatória do território da província de Sofala em 1898 terá levado Barros Gomes a procurar outros meios: «Foi então, e só então, que se activou a organização das expedições, e eu deligencieei que nas negociações a encetar intervissem todas as potências limítrofes na África»³.

Essas potências eram, no entender de Barros Gomes, além de Portugal e da Grã-Bretanha, a Alemanha, o Estado do Congo e o Transvaal.

Mas, perante a intransigência britânica, Barros Gomes tem este desabafo na Câmara, que o aproxima dos temas de propaganda republicana sobre a matéria: «Agora, na maior parte dos casos, há-de ser como a Inglaterra quiser e o julgar melhor, e V. E. compreende bem que entre Portugal que é pequeno, e a Inglaterra quase sempre injusta... ao levantarem-se quaisquer questões, Portugal há-de ficar sempre vencido»⁴.

Pode então filiar-se na atitude dos autores do «Mapa Cor-de-Rosa» uma tentativa para modificar o sistema de alianças internacionais de Portugal? Há, de facto, uma tentativa para interessar a França, e sobretudo a Alemanha de Bismark naquele projecto que não interessava manifestamente à Grã-Bretanha.

Mas foi uma tentativa efémera e sem resultados práticos.

Não se pode, no entanto, deixar de acentuar que se cultivava então, entre certas correntes do pensamento político em Portugal a procura de alternativas à Aliança britânica que tutelava o País. Desde a União Ibérica em termos europeus até à aproximação com a Alemanha nas questões africanas os projectos alternativos à inserção internacional de Portugal multiplicaram-se então.

A questão do *Ultimatum* também pode ser apreciada de um outro ponto de vista: aquele que permite discernir melhor as diferenças de concepção sobre o papel das Colónias entre monárquicos e republicanos. Enquanto a maioria dos republicanos perfilha então uma noção essencialista das Colónias na política geral de Portugal, muitos responsáveis monárquicos irão revelar-se partidários de uma gestão pragmática da questão colonial. Desde Oliveira Martins a António Enes abundam os testemunhos daqueles que propõem a alienação da maior parte dos territórios coloniais e projectam «concentrar num lugar os recursos e as forças disponíveis, se acaso os há. Alienar, mais ou menos claramente, além do Oriente, Moçambique, por enfeudações a companhias; abandonar as pretensões ao domínio das bocas do Congo; e congregar as forças de uma política sábia e sistematicamente na região de Angola: eis aí o que talvez não fosse ainda inteiramente insensato»⁵.

Mas na África Oriental, na região dos Makokolos, a Norte de Moçambique, encontrava-se desde o ano de 1887 o explorador português Serpa Pinto a tentar impor a soberania portuguesa onde ela não era apreciada pelos britânicos. E a Alemanha de Bismark já decidira não intervir na área caso isso molestasse o império britânico.

Não o souberam os responsáveis pela política colonial e pela política externa portuguesa, na altura tão ligadas? E possível. Pelo menos eles estão dispostos a defrontar a vontade adversa de Londres.

Convém realçar ser datada de Novembro de 1887 a queixa do Governo britânico sobre a atitude do major Serpa Pinto atacando os Makokolos depois de o cônsul britânico Buchanan lhe ter afirmado estar aquela tribo

sob protecção britânica. O Governo britânico pedia nessa Nota que o Governo português declarasse não ser permitido qualquer ataque às estações britânicas do Niassa ou do Chire.

A primeira tentativa do Governo português foi retardar a resposta. Estávamos nisto quando morre D. Luís em 1889, terminando assim o reinado paradigmático da Monarquia Constitucional.

Sobe D. Carlos ao trono, e é nessa emergência que os britânicos vão imperar.

Certos autores pretendem que o Ultimatum britânico foi facilitado pelo estado depauperado das finanças públicas portuguesas que levaria à bancarrota de 1891.

O Governo português havia respondido em Dezembro de 1889 à Nota citada tendo sido taxativo a considerar que se reservava o direito de apreciar a conduta de Serpa Pinto.

Logo a 11 de Janeiro de 1890 riposta o Governo de S. M. Britânica — contrastando assim com as demoras promovidas do lado português — com a Nota que ficou historicamente conhecida em Portugal como a do *Ultimatum* inglês.

Há quem questione a natureza coactiva da Nota, mas o conteúdo dela não deixou muitas dúvidas aos responsáveis pelo poder político em Portugal na altura. E perante todos os ingredientes de um «ultimatum» resolveram ceder⁶.

A primeira tentativa do Governo português, ainda reinava D. Luís, foi retardar a resposta, tendo-o conseguido durante dois anos. O facto de ter respondido a esta Nota em Dezembro de 1889 pode ser considerado o início da cedência portuguesa pelo processo que desencadeou.

Na resposta dada pelo Governo português, já reina D. Carlos, assegura-se que não havia sido autorizado qualquer ataque aos estabelecimentos britânicos no Niassa e no Chire e não ser sua intenção atacar Lubenguela mas, sim, manter sob soberania portuguesa o território do Gungunhana. Acrescentava a Nota que o Governo português se reservava o direito de apreciar a conduta de Serpa Pinto.

Logo a 11 de Janeiro de 1890 riposta o Governo de S. M. Britânica pondo termo às conversações diplomáticas e apresentando então o Ultimatum cujos trechos mais significativos passamos a citar: «O Governo de S. M. Britânica não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português tais como as interpreta [...]. O que o Governo de S. M. deseja e em que insiste é no seguinte: Que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas *imediatas* para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makokolos e Machonos se retirem. O Governo de S. M. entende que sem isto as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias»⁷ Embora o texto citado fosse já suficientemente imperativo, a Nota do Governo britânico passa a apresentar os meios da sua política: «Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua delegação,

se uma resposta satisfatória à presente intimação não for por ele recebida esta tarde»⁸.

E finalizava afirmando que o navio de S. M., «Enchantress», estava em Vigo esperando ordens.

Estas passagens exemplificam, melhor do que qualquer conceptualização, os elementos de que se pode revestir a coacção diplomática com vista a uma capitulação por parte do interlocutor: a retirada do Embaixador e a presença de uma força naval são a ameaça do emprego da força.

As autoridades portuguesas, cedendo às exigências, ainda tentam salvaguardar as formas da soberania propondo para derimir o litígio a mediação ou a arbitragem internacionais. O Conselho de Estado, reunido de emergência, sob a presidência do rei D. Carlos, responde nestes exactos termos: «Na presença de uma ruptura iminente das relações com a Grã-Bretanha e de todas as consequências que dela poderiam, talvez, derivar, o Governo de S. M. resolveu ceder às exigências formuladas nos dois memorandos a que alude, e ressaltando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal às regiões africanas de que se trata; e bem assim, pelo direito que lhe confere o art.º 12.º do Acto Geral de Berlim de ver resolvido definitivamente o assunto em litígio por uma mediação ou por uma arbitragem, o Governo de S. M. vai expedir para o Governador Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha»⁹.

Logo a 28 de Janeiro, o Primeiro-Ministro britânico contestava formalmente o direito de recurso à arbitragem nos termos do Acto Geral de Berlim.

E, a 21 de Março, o Governo britânico declara formalmente que «sente não poder chegar à solução desta controvérsia recorrendo quer a uma conferência quer a um árbitro»¹⁰.

A cedência perante a Grã-Bretanha teve o seu quê de plácido e natural por parte do Governo progressista de José Luciano de Castro. Não fora a reacção da opinião pública e a atitude do Partido Republicano e possivelmente o acontecimento não deixaria outro rasto do que os documentados nas chancelarias¹¹.

Muitos homens públicos da Monarquia Constitucional permitiram-se, aliás, uma grande liberdade de pensamento e de concepção no que respeita à importância e ao futuro das Colónias na política geral de Portugal. Á discussão, a 9 de Junho de 1891, do já referido Parecer n.º 102, relativo às bases do tratado entre Portugal e a Grã-Bretanha de 1891 que delimitou o mapa da África sob administração portuguesa (que se compunha de cerca de dois milhões de quilómetros quadrados e que durou até 1974) é deveras significativa.

Assim, Hintze Ribeiro cita o ex-Ministro da Marinha, Barbosa du Bocage, quando este disse: «Queríamos abraçar o mundo com as nossas possessões para gozarmos só nós das suas riquezas, e por castigo de tão exagerada cobiça perdemos uma boa parte das que tínhamos e empobrecemos as que restavam. Faltaram-nos, por desajudados de

alheio auxílio, as forças necessárias, e tão colossal empreendimento teve apenas por começo de execução algumas expedições através da África, mais ricas de glória do que fecundas em proveitosas consequências»¹².

Essa era a verdade.

O Par do Reino, Vaz Preto, chega a afirmar nesse mês de Junho de 1891: «Prefiro perder toda a África Oriental ficando Portugal sempre digno e honrado, do que conservá-la servilmente e com opróbrio.

Antes perder a África agora, salvando a nossa dignidade, do que mais tarde, depois de a ter benfeitorizado e arruinado a metrópole com enormes somas ali gastas»¹³.

O visconde de Moreira de Rey chega a propor um plebiscito para que o País declare directamente «se quer continuar a ser o que é».

E pergunta: «Que calamidade maior poderia resultar da rejeição do tratado? Tomarem-nos toda a nossa África, uma e outra costa? Contanto que se lhes disparassem os primeiros tiros, haja alguém que exclame "que calamidade", ele orador responderá "que fortuna"...»¹⁴.

Por que agiria a Inglaterra de modo tão desabrido para com o seu velho aliado lusitano?

As pretensões portuguesas em África opunham-se, é certo, a determinados planos particulares de britânicos como Cécil Rhodes. Mas, seriam necessários tais extremos? Ou as tímidas tentativas de diversificação de alianças de Portugal nas questões africanas, procurando apoios junto da Alemanha e do Transvaal, suscitaram receios exagerados em Londres?

O certo é que o Governo britânico pouco se importa com as consequências do Ultimatum na vida política interna portuguesa. Mesmo após as grandes manifestações de repúdio em Portugal, conduzidas pelo PRP, propõem o Tratado de Agosto de 1890 e agravam os seus termos no «modus vivendi» proposto em Maio e assinado em Junho de 1891. O futuro do regime político em Portugal não entra nos cuidados do Governo britânico. Contrariamente ao que se afirmava no folheto «Aos Republicanos Portugueses», saído da Academia de Coimbra em Novembro de 1890, a Inglaterra e a Monarquia portuguesa não «andavam de mãos dadas»; pelo menos ela não evitava que a Monarquia caísse...

Para um bom entendedor que soubesse deslindar as teias urdidas pela propaganda, o que o Ultimatum e as atitudes subsequentes de Londres demonstravam era a indiferença do Governo britânico em relação à forma de regime em Portugal.

Imperceptivelmente, a Grã-Bretanha passa de defensora da Monarquia Constitucional à posição de agente provocador da mudança de regime em Portugal mesmo que involuntariamente.

Em síntese, os republicanos para atacarem a Monarquia defendiam a intransigência nas questões coloniais e proclamavam ser necessário libertar Portugal da Aliança Inglesa.

Já os políticos que serviam a Monarquia adoptavam uma atitude muito flexível em relação ao futuro do império ultramarino, e continuavam a prezar como útil a Aliança Inglesa para a Casa de Bragança e para Portugal.

Na sequência do Ultimatum Londres propõe a Lisboa um Tratado de delimitação de fronteiras em África, em Agosto de 1890, Tratado que ainda contemplava uma língua de território ligando Angola e Moçambique, mas que foi objecto de reacções portuguesas muito negativas.

Porém, em Junho de 1891, Portugal aceita um «modus vivendi» e um novo Tratado menos favorável do que o proposto em Agosto de 1890. Também em 1891, mas em Maio, Portugal celebra um Tratado com o Estado Livre do Congo que reconhece a soberania lusa numa vasta área em Angola, a Oriente do rio Cuango, o rico território da Linda.

Como afirma Oliveira Marques: «Paradoxalmente, ao substituir um território vago, falho de ocupação e de fundamentos meramente históricos, por duas possessões bem definidas com 2 000 000 de quilómetros quadrados ao todo, os tratados de 1891 dotaram Portugal com novo império — o terceiro na sua história»¹⁵.

No fundamental, o mapa político da África portuguesa foi delineado em 1891 e durou até 1975.

A sua importância na determinação da política externa portuguesa foi extrema em vários momentos fortes. Mas nem sempre como a política e a historiografia pretenderam.

Mas, na última década do século passado pode dizer-se que a política externa portuguesa foi dominada pela crise financeira e pelas suas consequências na questão colonial.

O regime monárquico encontrava-se então minado por uma série de acontecimentos que vão confluir na última década do século XIX.

Entre 1889 e 1891 vão ruir praticamente todos os alicerces em que assentava o chamado «modelo fontista» de desenvolvimento, cujo recurso aos empréstimos externos era a trave mestra do edifício.

Ora, a questão dos empréstimos externos depois da bancarrota de 1891 levar-nos-á, de novo, à importância da questão colonial na política externa portuguesa.

As relações financeiras internacionais tiveram uma grande influência na política externa portuguesa.

Assim, a crise económica e financeira de 1891 levou à supressão do pagamento dos juros da dívida externa. Era a bancarrota, o fim do modelo fontista de desenvolvimento, assente no défice orçamental e na contracção de empréstimos ao estrangeiro agravado pelo défice comercial crónico e só atenuado pelas remessas de divisas provindas dos emigrantes no Brasil. A queda da moeda brasileira, pelo efeito conjugado da abolição da escravatura no país irmão e a descida dos preços do café no mercado mundial, levou à diminuição drástica das remessas.

Paralelamente, abre falência a Casa Bancária Baring Brothers sediada na praça de Londres e onde Portugal contraía os seus empréstimos. O Governo português não consegue pagar sequer os juros dos empréstimos internacionais.

Em Abril de 1892 constituíam-se os comités de credores, alemão, inglês, francês e holandês, dos portadores da nossa dívida externa e iniciava-se o longo calvário de negociações e reclamações, que só viria a findar no convénio de 1902. Começaram os credores externos por querer instituir o seu controlo financeiro em Portugal mas tiveram de contentar-se com a consignação das receitas alfandegárias ao serviço daquela dívida¹⁶.

A interdependência entre a crise financeira e as relações internacionais foi assim analisada por Marcello Caetano: «Esta difícil situação financeira levou o Governo a procurar obter um empréstimo em Inglaterra (1897-1899), aventando-se a hipótese de o garantir com o rendimento das alfândegas coloniais. O facto foi conhecido pela Alemanha que logo fez saber em Londres a sua disposição de participar em qualquer operação que implicasse eventuais direitos sobre as colónias portuguesas»¹⁷.

Como a Inglaterra se encontrava em guerra com os boers na África do Sul necessitava de aliados para lhe facilitar as movimentações militares na zona e pretendia, ainda, desviar a Alemanha de um possível apoio aos rebeldes do Transvaal.

Os ingleses vão, em primeiro lugar, tentar seduzir os alemães e, assim, o ministro Balfour assina, a 30 de Agosto de 1898, com o embaixador da Alemanha em Londres duas Convenções e uma Nota secretas, nas quais se admite a partilha das colónias portuguesas.

Os documentos vêm transcritos em várias publicações pelo que aqui só referiremos o essencial para se compreender o que estava em jogo e as suas conveniências¹⁸.

Segundo o Príncipe de Bulow, o negociador alemão, nas suas *Memórias*, Portugal oferecia quer a Londres quer a Berlim vender ou empenhar as suas Colónias: «Por acordo nosso, Moçambique, sobre cujo porto de Lourenço Marques a Inglaterra tinha já há bastante tempo o direito de opção, ficaria na esfera inglesa; as colónias na costa ocidental da África na nossa. A colónia portuguesa do arquipélago de Sonda seria partilhada entre as duas grandes potências»¹⁹.

Esta tentativa de partilha colonial foi anulada pela diplomacia portuguesa com a oferta de facilidades em Moçambique para as tropas britânicas na sua guerra contra os boers no Transvaal. E o célebre Tratado Luso-Britânico de Windsor, datado de 14 de Outubro de 1899, pelo qual através da invocação da Velha Aliança o Governo português promete «não proclamar a neutralidade na guerra entre a Grã-Bretanha e a República da África meridional» e «não permitir a importação e passagem de armas e munições de guerra destinadas para a última».

Na essência, Portugal permitia a passagem de tropas britânicas pelo território de Moçambique a caminho do Transvaal e a Grã-Bretanha reconhecia a integridade territorial das Colónias portuguesas.

2. O conceito de «facilidades» na política externa de Portugal

Com este episódio da guerra anglo-boer (1899-1902), estamos a aproximar do conceito e da prática de «facilidades» que tanta importância terá na política externa portuguesa graças à posição estratégica de Portugal. O conceito de «facilidades» foi elaborado quando das conversações entre o rei D. Carlos e Eduardo VII de Inglaterra ocorridas em 1903. Tratava-se de manter à disposição do Almirantado britânico depósitos de carvão nos principais portos atlânticos e de sonegar essas facilidades a navios de outras bandeiras, nomeadamente a navios alemães. O conceito foi entendido num sentido vago e restrito pelas autoridades portuguesas. Mas logo a diplomacia londrina estendeu a compreensão das «facilidades» a prestar como abrangendo o fornecimento de óleos, combustíveis e de bens alimentares. A partir de 1906 os britânicos alertam os governantes portugueses para estes não concederem aos alemães o fornecimento de carvão no porto da Horta, nos Açores.

Deste modo, a concessão de facilidades, ou não, em território português tornar-se-á uma das componentes da política externa de Lisboa durante todo o período que nos cabe analisar.

Já em plena I Guerra Mundial, em Fevereiro de 1917, o Governo britânico informa Lisboa que tinha assegurado unilateralmente a defesa dos portos portugueses não continentais. Poucos meses depois, os EUA pediam facilidades nas ilhas atlânticas. As autoridades norte-americanas justificavam o pedido pela necessidade de evitar que as ilhas se tornassem um refúgio de submarinos alemães²⁰.

Aliás, com o eclodir da Grande Guerra, e mesmo durante o período em que Portugal não é beligerante (ou seja, até Março de 1916), assiste-se à utilização desigual dos portos do arquipélago por navios britânicos e alemães, apresentando estas sucessivas queixas quanto à forma como era interpretado o estatuto de neutralidade nos portos insulares portugueses. A Majoria Geral da Armada chega mesmo a emitir recomendações no sentido de uma maior equidade na aplicação do estatuto de neutralidade. Recorde-se que as obrigações e direitos dos Estados neutros constituíam um tema candente nas relações internacionais durante a guerra da Crimeia em 1855 e durante a I Guerra Mundial, especialmente enquanto foram neutros os EUA.

Foi, aliás, a necessidade de manter a liberdade de navegação no Atlântico contra os ataques de submarinos alemães a navios mercantes, ou com mercadorias, norte-americanos que determinou Washington a declarar guerra a Berlim. E a entrada dos EUA como beligerante teve consequências sobre o entendimento das «facilidades» a conceder nos Açores.

Embora existisse um compromisso entre Londres e Lisboa segundo o qual a defesa dos portos insulares era confiada ao Almirantado britânico, a chegada à ilha de S. Miguel de cinco «destroyers» norte-americanos em

25 de Julho de 1917 veio revolucionar os termos das relações norte-americanas no patrulhamento daquela zona do Atlântico Norte.

A partir de então assiste-se ao estabelecimento de um triângulo diplomático entre Lisboa, Londres e Washington que servirá de inspiração para futuras negociações sobre «facilidades» nos Açores já na II Guerra Mundial. Mas, não nos precipitemos na cronologia embora o tema o exija.

A presença de forças navais norte-americanas nos Açores se, circunstancialmente, podia ser de alguma valia para a estratégia Aliada no Atlântico, não deixava de causar perturbação nos meios do Almirantado britânico. Disso mesmo é prova a correspondência trocada na altura entre Lisboa e Londres.

Assim, a 27 de Agosto de 1917, o MNE envia para Teixeira Gomes, em Londres, um telegrama em que indaga: «Legítimo desejo governo da república é que Inglaterra nos forneça meios assegurar defesa eficaz Ponta Delgada contra perigos marítimos. [...] Se marinha americana tem a desempenhar de acordo com aliado missão defesa no Atlântico Governo português deseja ser informado alcance dessa missão para responder governo americano»²¹. Perante alguma forma de consentimento de Londres, o Governo português responde positivamente à Nota do Ministro dos EUA em Lisboa, o coronel Thomaz N. Birch, datada de 30 de Outubro de 1917, na qual insistia no pedido de certas «facilidades» nos Açores, assim como na autorização para o estabelecimento de uma base naval em Ponta Delgada durante a guerra.

As «facilidades» pedidas destinavam-se à isenção de direitos de alfândega para material naval e para «em resumo concederem à marinha americana pela duração da guerra, tais facilidades em terra e tais privilégios marítimos que a campanha contra os submarinos seja o mais possível eficiente». Tornada oficial entre os dois governos (por troca de Notas a 8 de Novembro de 1917), logo a 17 do mesmo mês desembarcavam vários oficiais e meia centena de marinheiros norte-americanos.

De uma forma geral, as pretensões norte-americanas foram praticamente satisfeitas.

Foram, sobretudo, os serviços de tipo logístico que caracterizaram as facilidades concedidas no arquipélago.

O início da concessão de facilidades nos Açores aos EUA durante a I Guerra Mundial pelo Estado português, que pretendeu envolver Londres nessa operação diplomática, serviu de precedente para a política externa salazarista quando da utilização dos Açores pelos Aliados, em que Londres esteve também envolvida.

3. A política externa da I República. Antes, durante e após a 1 Guerra Mundial

«A causa de todos os males do nosso pequeno mas nobre país tem sido a Inglaterra e a Monarquia» (Folheto «Aos Republicanos Portugueses», 15 de Novembro de 1890)²².

A implantação da República em Portugal insere-se num contexto caracterizado pela estabilidade monárquica no continente europeu e pela grande dependência internacional do Estado português.

Exceptuadas as repúblicas francesa e suíça, eram monárquicos os regimes europeus. E, mesmo no republicano continente americano, a coroa dos Braganças reinara até 1889 no Brasil. Aliás, a implantação da República no Brasil serviu de poderoso estímulo para os republicanos portugueses.

A implantação da República em Portugal não parece, contudo, ter nascido de uma qualquer influência exógena, e muito menos se insere num movimento europeu tendente a destronar tronos e altares. Só o fim da I Guerra Mundial trará essa difusão de regimes republicanos na Europa com o desmembramento dos impérios centrais.

Mas, já seria lícito colocar a questão: como reagiriam as potências à implantação da República em Portugal e qual seria a política externa do novo regime?

A implantação da República insere-se, pois, num duplo contexto de estabilidade política geral no contexto europeu e de grande dependência internacional do Estado português.

O reconhecimento internacional será, pois, uma grande questão para o regime republicano.

Pode-se até afirmar que uma das primeiras preocupações dos responsáveis do PRP foi a de assegurar a aceitação e o reconhecimento da implantação da República em Portugal.

José Relvas nas suas *Memórias* revela que no Verão de 1910 se deslocou com Magalhães Lima a Londres e a Paris para preparar as chancelarias europeias quanto à eventualidade da mudança de regime político. José Relvas põe em relevo a importância das diligências em Londres junto do Foreign Office onde terá obtido:

1. A segurança absoluta da não-intervenção britânica em Portugal e o respeito pela integridade do território colonial.
2. E a garantia da não permissão de qualquer tentativa de Afonso XIII de Espanha.

Como diz o próprio José Relvas: «Ficava, assim, reconhecido que os nossos esforços convergiam para alcançar o apoio da opinião moderada em França e Inglaterra»²³.

E deveras importante referir que em Paris foi afirmado, por personalidades com acesso ao Quai d'Orsay que a diplomacia francesa agiria em Portugal em conformidade com a atitude inglesa, por assim haver entendimento entre os dois países. Foi assim que um tal M. Etienne se

exprimiu: «Nós seguiremos em tudo a linha que a Inglaterra julgar melhor adoptar porque estabelecemos em princípio a supremacia da nossa aliada nas questões e relações internacionais que mais a interessam. E esta a opinião e a situação do Governo francês perante a questão portuguesa»²⁴.

Convém realçar quanto essa posição da França - decorrente no imediato do clima estabelecido pela «Entente» desde 1904 - retirava aos republicanos portugueses a possibilidade de uma maior liberdade de acção em relação à Aliança Inglesa.

A República será, pois, implantada quando Portugal pouco mais era do que um país tutelado internacionalmente pela Inglaterra, e sem meios económicos, militares e políticos para conseguir furtar-se à real subalternidade internacional que só não foi mais agravada pela relativa excentricidade geográfica de Portugal na Europa.

Os responsáveis pelo novo regime têm plena consciência desse estado de coisas, sobretudo da dependência financeira, e o Governo Provisório, logo a 9 de Outubro de 1910, comunica aos representantes diplomáticos acreditados em Lisboa que: «O Governo Provisório honrará integralmente os compromissos estabelecidos em devida forma, representados por tratados, dívidas públicas, contratos em vigor e, em geral, todas as obrigações legalmente contraídas».

O Governo Provisório quer apresentar-se como alguém que mantém as melhores relações com os meios influentes da política internacional. A República iria defrontar-se, no primeiro ano da sua existência, com o problema do seu reconhecimento pelas principais potências.

Na história dos regimes políticos em Portugal neste século a questão do reconhecimento internacional da I República atingiu uma importância externa e interna sem paralelo com a instauração da Ditadura Militar, com o Estado Novo ou com o 25 de Abril de 1974.

Os primeiros reconhecimentos internacionais vieram das repúblicas sul-americanas, nomeadamente do Brasil e da Argentina.

A questão do reconhecimento permite também aos EUA uma aproximação singular ao regime republicano português.

Quando da proclamação da República, o Governo de Washington declarou que, embora mantendo relações diplomáticas normais, só reconheceria oficialmente o novo regime «depois de a nação ter manifestado por qualquer facto a sua adesão ao novo regime»²⁵.

O facto foi devidamente assinalado na Constituinte. Assim, na sessão de 4 de Julho, o deputado João de Freitas propôs uma saudação ao povo norte-americano «sem que haja nesta proposta o mínimo desprimor para com a Inglaterra».

A entrega de credenciais do novo Ministro dos Estados Unidos da América em Lisboa, Edwin Morgan, efectuou-se a 13 de Agosto de 1911, tendo o representante dos EUA referido expressamente «a semelhança das instituições»²⁶ entre os dois países, no discurso proferido perante Teófilo Braga. E qual foi o comportamento da República francesa nessa

emergência? Manteve-se fiel ao princípio estabelecido com a Monarquia britânica segundo o qual era esta quem se pronunciaria sobre o estatuto internacional de Portugal, mas aproveita a eleição do Presidente da República, Manuel de Arriaga, pelo Congresso a 22 de Agosto para reconhecer a 24 o novo regime em Portugal. Ainda assim antes de Londres.

Londres havia multiplicado as condições para reconhecer o novo regime. Começando por pretender que esperava a aprovação da República pela Assembleia Constituinte, o Foreign Office dilata o reconhecimento até depois da eleição do Presidente da República e, entretanto, pressiona Teixeira Gomes, Ministro português em Londres, sobre o destino dos bens de D. Manuel e dos bens da Igreja Católica, emite reservas sobre algumas das medidas do Governo Provisório e mostra-se inquieta com o tratamento dado a muitos responsáveis monárquicos.

A atitude do Foreign Office deixa o fleumático Teixeira Gomes exasperado. A 10 de Setembro de 1911, na véspera do ambicionado reconhecimento britânico, Teixeira Gomes dirá: «O reconhecimento está positivamente embruxado... Mas que batalha até ao último instante»²⁷.

Finalmente, a 11 de Setembro de 1911, Londres reconhece formalmente o regime republicano em Portugal, logo seguida de outros Estados europeus como a Espanha, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália. Era mais uma vez a prova de que as outras potências seguiam o império britânico nas questões relativas ao estatuto internacional de Portugal. Só o Vaticano retardou o seu reconhecimento para o fim da I Guerra Mundial.

E, Teixeira Gomes não deixa passar a oportunidade para salientar que: «Agora, pelo efeito fulminante que produziu na opinião pública o reconhecimento feito pelas Grandes Potências, é que nós podemos apreciar o serviço que a Inglaterra nos prestou levando-as à manifestação colectiva ...»²⁸.

Os «serviços» da Inglaterra irão continuar nesses anos de 1911 a 1912 por causa das incursões monárquicas provindas de Espanha, propondo e obtendo a dispersão dos grupos monárquicos refugiados no país vizinho. Os ingleses ainda vão multiplicar as críticas a alguns aspectos da administração das Colónias por Portugal.

O reconhecimento internacional da República teve sérias repercussões na ordem interna em Portugal.

Assim, numa altura em que Lisboa teria cerca de 450 000 habitantes, realiza-se uma manifestação com cerca de cem mil pessoas no dia 11 de Setembro. O jornal *O Século* do dia seguinte titula a primeira página com os dizeres: «O reconhecimento da República motiva grande entusiasmo popular e a organização de um imponente cortejo de homenagem ao governo actual».

O «governo actual», cujo Primeiro-Ministro era João Chagas, não perde tempo a tirar ilações para a política interna desse êxito diplomático, conseguido quase um ano depois da implantação da República. E João

Chagas declara à multidão: «O dia de hoje marca o fim do período revolucionário. A República está feita pelo consenso de todos. Vamos agora iniciar um período de ordem, de paz, e de trabalho. Viva a República»²⁹!

A necessidade de reconhecimento internacional teve muitas consequências na formação do regime republicano em Portugal.

O processo de reconhecimento revelou que Portugal continuava dependente dos bons ofícios do Reino Unido para a sua consagração internacional, mas também deu uma indicação preciosa sobre a presença atenta da diplomacia norte-americana que reconhece o novo regime – «de República a República» – sem esperar pela concertação inglesa e até antes da República francesa.

O reconhecimento por parte da Espanha de Afonso XIII foi também muito importante, embora não tivesse impedido duas incursões monárquicas baseadas em território espanhol, em 1911 e 1912.

Compreende-se, assim, que uma das preocupações do novo regime fosse diversificar as suas relações internacionais tão concentradas na Grã-Bretanha quer do ponto de vista político quer do ponto de vista económico, financeiro e comercial.

Já António José de Almeida, em 1910, preconizara uma política externa que desse prioridade às relações com a jovem República brasileira e, quando Presidente da portuguesa fará em 1922 uma importante viagem oficial. Mas essa diversificação irá estender-se pelo menos a mais alguns países europeus, tanto mais que um dos problemas práticos com que o Governo provisório se defronta é o da necessidade de encontrar mercados para a exportação de vinhos.

Ora, um dos países europeus com quem o Estado português melhor se entende desde o início do século até à 1ª Guerra Mundial é, muito precisamente, a Alemanha.

Assim, um Tratado de Comércio Luso-Alemão é assinado em 1908 e entra em vigor em Junho de 1910, e a julgar pelos relatórios consulares britânicos este incremento das relações comerciais entre Portugal e a Alemanha é visto como uma crescente ameaça para as posições inglesas. Como revela Sacuntala de Miranda: «A ajuizar pelos relatórios consulares britânicos, a Grã-Bretanha vive, durante todo o período que medeia entre 1890 e 1913, perante a crescente ameaça da concorrência alemã que [...] procura roubar-lhe a exclusividade de sectores importantes do mercado português»³⁰.

Há mesmo uma certa divisão Norte-Sul quanto aos portos utilizados para o comércio com a Grã-Bretanha e com a Alemanha: «Se a praça do Porto, centro da exportação desses vinhos generosos concebidos para satisfazer

o paladar dos ingleses, continua sob o firme controlo do comércio britânico, Lisboa abre-se à penetração de outras influências, nomeadamente a alemã, sobretudo através do comércio colonial»³¹.

O porto de Lisboa chega mesmo a receber a visita da célebre canhoneira alemã «Panther» em 24 de Janeiro de 1912, essa mesma que criara uma enorme tensão na Europa com o seu aparecimento em Agadir em Julho do ano anterior.

Em relação aos territórios coloniais a aproximação entre Portugal e a Alemanha tem a sua máxima consagração nos chamados «decretos da porta aberta» de 1913, que facilitariam a penetração de capitais sobretudo em Angola. O caminho-de-ferro de Benguela e a reconstrução e prolongamento do porto de Moçâmedes eram os alvos desses investimentos que teriam a aceitação de Londres.

E por essa altura que se terá dado uma espécie de repetição do acordo anglo-germânico de 1898 para a partilha de zonas de influência nas Colónias portuguesas, dentro da estratégia britânica de pretender limitar a força naval alemã a troco de vantagens coloniais. O texto desse acordo data de 1913 e, segundo Marcello Caetano, repetem-se as cláusulas das convenções de 1898 mas estabelece-se em novas bases a partilha. A Inglaterra acentua o seu interesse por Moçambique, que reserva quase todo para si, deixando à Alemanha apenas a região do Niassa; de Angola pretende apenas o território a leste do meridiano 20-º. A Alemanha interessava-lhe, sobretudo, a Colónia de Angola que seria para ela a Oeste do meridiano 20-º, incluindo Cabinda e S. Tomé e Príncipe³².

Foi no ano de 1918 que se deu publicidade à existência desse outro convénio secreto estabelecido entre Londres e Berlim. Revelou essa existência o negociador do lado alemão, o Príncipe Lichnowsky, nas suas *Memórias*. E, não deixa de ser interessante saber-se ter sido a própria Grã-Bretanha quem a tornou conhecida dos portugueses, mandando distribuir profusamente pelas tropas do CEP, em França, em tradução portuguesa, impressa em Londres em brochura de 75 páginas intitulada «Revelações do Último Embaixador Alemão em Inglaterra. A Minha Missão em Londres, 1912-1914»³³.

O certo é não ter havido outra execução do convénio de 1913 que não fossem os investimentos promovidos nas respectivas áreas de influência. Teixeira Gomes, Ministro de Portugal em Londres, jamais se terá deixado alarmar pelas negociações e até julga a sua acção para impedir qualquer ofensa à soberania portuguesa de «uma fácil vitória diplomática»³⁴.

Tudo bem analisado faltava neste espectro europeu das relações internacionais de Portugal as linhas de força determinadas pela República francesa. Como explicar essa «anemia» da presença de Paris, capital para onde a República enviara um dos seus mais notórios homens políticos: João Chagas?

De facto, a presença francesa nas relações internacionais da República é muito discreta entre 1910 e 1914, e só com o deflagrar da guerra europeia os laços são estreitados.

E verdade que, a 17 de Fevereiro de 1911, se assina um Acordo Comercial Luso-Francês mas, não é menos verdadeiro que ele é assinado por força do volume que as trocas entre Portugal e a Alemanha tinham atingido. As

trocas económicas entre Portugal e a Alemanha eram de molde a inquietar os representantes de Londres e de Paris na capital portuguesa. Documentos oficiais franceses, referidos por Jean Derou na sua tese apresentada na Sorbonne, *Les Relations Franco-Portugaises (1910-1926)*, são explícitos nessa confrontação com a Alemanha³⁵.

Assim, um ofício do Ministro do Comércio e Indústria dirigido ao Ministro das Finanças, em 31 de Janeiro de 1911, afirma que «a exportação alemã beneficia de uma situação privilegiada em Portugal por comparação com o comércio francês».

E, a 13 de Fevereiro a missão francesa telegrafa para Paris dizendo: «Os vinhos portugueses, cansados de esperar, são encaminhados para a Alemanha».

A exportação de vinho era, de facto, um factor da política externa daquela época.

Pelo acordo comercial de 17 de Fevereiro, o benefício da tarifa alfandegária mínima foi concedido, em França e na Argélia, às mercadorias originárias de Portugal continental e das ilhas da Madeira, Porto Santo e dos Açores; por outro lado, os produtos das ilhas africanas de S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, importados através do porto do Funchal, ou seja, sobretudo o cacau, que deveriam pagar uma sobretaxa de entreposto foram considerados como transportados directamente.

Em troca, as mercadorias originárias de França e da Argélia foram admitidas em Portugal e nas ilhas atlânticas beneficiando das tarifas mais reduzidas. O benefício de nação mais favorecida permitia um aumento das exportações portuguesas de sardinhas, legumes e vinhos para o mercado francês (em concorrência com a Espanha), a que se acrescentou o cacau e os lanifícios. Em contrapartida, as exportações francesas para Portugal vão estagnar, o que permitirá um melhor equilíbrio na taxa de cobertura comercial entre os dois países na altura.

Através de um anexo ao Acordo Comercial, os dois países protegiam-se contra a produção e a comercialização fraudulentas em França de falsos vinhos do Porto e da Madeira, e em Portugal contra falsos champanhes e conhaques (através de Espanha).

As relações com a Espanha constituíram sempre um capítulo à parte na história da política externa.

Quaisquer que tivessem sido as tentações de aproximação ibérica por parte dos responsáveis portugueses, estas baseavam-se na constituição de uma entidade política peninsular suficientemente forte para se opor a outras nações, nomeadamente a Inglaterra.

Esta posição só fazia sentido enquanto a Espanha mantivesse uma atitude independente das outras potências e continuasse autocentrada sobre a própria Península. Caso Madrid se orientasse para o estabelecimento de alianças extrapeninsulares coincidentes com as dependências de Lisboa, todo o entendimento ibérico far-se-ia em detrimento da posição internacional de Portugal.

Ora, a Espanha, na segunda metade do século XIX, mantém-se isolada no contexto internacional e apenas faz tímidas tentativas de aproximação com a Alemanha no tempo de Afonso XII. Portugal beneficiava directamente dessa política na medida em que era manifesta a sua abertura à potência de então, a Inglaterra. A questão de Marrocos também ajudava à desconfiança da França em relação à Espanha.

Mas, no início do século XX, a Monarquia espanhola aproxima-se da Inglaterra, sobretudo a partir do encontro de Cartagena em 1907, entre Afonso XIII de Espanha e Eduardo VII de Inglaterra.

Logo as autoridades portuguesas se inquietam com a aproximação verificada entre Madrid e Londres, colocando a Espanha nas boas graças da «Entente». Assim, desde 1907, as autoridades portuguesas pedirão insistentemente ao Governo inglês que este reafirme os seus compromissos com Portugal. O Governo inglês limitar-se-á a produzir uma breve declaração segundo a qual Londres apenas tinha negociado um acordo com Madrid para manter o «statu quo» na região do Mediterrâneo ocidental — era Marrocos e a possível penetração alemã que estava em causa — sem que se tivesse estabelecido entendimento algum entre a Espanha e a Grã-Bretanha que prejudicasse Portugal.

Hoje sabe-se, porém, que Winston Churchill, quando entrou para o Almirantado em 1912, manteve e espalhou a opinião de que a Espanha era, estratégica e militarmente, mais importante para a Grã-Bretanha do que Portugal e as suas possessões coloniais. Essa opinião recebeu, aliás, acolhimento num «Memorandum» do Estado-Maior do Almirantado inglês, datado de 18 de Dezembro de 1912, em que se concluía que a Aliança Luso-Britânica não tinha grande valor para a Inglaterra, desde que as ilhas atlânticas de Portugal não caíssem nas mãos de alguma potência hostil a Londres³⁷. A ideia dominante no Almirantado inglês dessa época era, pois, a de que, em termos peninsulares, a aliança mais importante para Londres era com a Espanha. As pretensões alemãs sobre Marrocos estavam então bem presentes e o Norte de África revelava-se bem mais importante para as potências europeias do que a África negra. E, assim, nesse mesmo ano de 1912 assina-se um acordo hispano-anglo-francês que corrige o Tratado de Algeciras de 1906, para, no ano seguinte, o monarca espanhol Afonso XIII realizar uma viagem triunfal a Paris. Deste modo, entre 1907 e 1913, Madrid aproxima-se da «Entente» e estabelece as mesmas alianças extrapeninsulares do que Portugal, o que teve como resultado a desvalorização da posição estratégica e política de Lisboa, encarada esta de Paris ou de Londres até à I Guerra Mundial.

Em síntese, as relações externas da I República foram, portanto, condicionadas pela preponderância inglesa nos assuntos portugueses, preponderância agravada quer pela política da «Entente Cordiale» que limitava a acção da França em relação a Portugal, quer pelos apetites alemães sobre as Colónias africanas o que inibia a diplomacia portuguesa de procurar um mais franco apoio de Berlim, o que estaria

na ordem natural do aumento das relações comerciais e financeiras entre os dois países.

Como se estas realidades não fossem suficientemente adversas para a afirmação internacional de Portugal, até a Espanha iniciara uma política de aproximação dos países da «Entente» a partir do encontro de Cartagena entre Afonso XIII e Eduardo VII em 1907.

4. Para uma nova leitura da entrada de Portugal na Grande Guerra

Tutelado pela Inglaterra, cobiçado o seu território colonial, ameaçada a sua soberania na Península Ibérica, o Estado português encara, através de alguns dos seus governantes, a entrada na Grande Guerra desencadeada em 1914 como uma oportunidade maior para terminar com o «círculo vicioso da dependência» e para se afirmar no concerto das nações.

Portugal só se irá desembaraçar da anulação internacional em que a aproximação da Espanha à «Entente» o projectava, com a entrada na I Guerra Mundial. A decisão dos responsáveis da I República em empenharem o País na beligerância ao lado dos Aliados, recebe, assim, uma outra luz, já que ela se deve compreender também pela necessidade de se individualizar o Estado português na Península Ibérica³⁸.

A decisão dos responsáveis da I República em empenharem Portugal na beligerância ao lado dos Aliados destinava-se, em grande parte, a distinguir Lisboa de Madrid na política europeia e internacional. Com efeito, mantendo-se neutra a Espanha durante a I Guerra Mundial, a beligerância de Portugal nesta volta a diferenciar as alianças extra-ibéricas dos dois Estados peninsulares.

E João Chagas, um dos grandes paladinos da entrada de Portugal na guerra, escreve: «Na realidade entrámos na guerra para nos impormos ao respeito e à consideração das nações. Entrámos na guerra para que o mau vizinho que é a Espanha renunciasse de vez às suas intrigas contra nós, para que a nossa velha Aliada, a Inglaterra, cessasse de ver em nós o seu pupilo histórico e não voltasse a decidir da sorte das nossas colónias em tratados secretos com as nações suas rivais...»³⁹.

Seja como for, a entrada de Portugal na guerra e a manutenção da neutralidade espanhola foi uma vitória da estratégia da diplomacia portuguesa contra os temores do Foreign Office que julgava que a entrada de Portugal na guerra ao lado dos Aliados podia favorecer os germanófilos espanhóis que queriam a participação beligerante de Madrid ao lado de Berlim⁴⁰! As razões ibéricas e insulares da entrada de Portugal na I Guerra foram esbatidas quer pela política quer pela historiografia subsequente extremamente centrada sobre a pretérita dimensão colonial⁴¹.

A defesa dos territórios coloniais tudo se teria resumido: o esforço de guerra, a acção diplomática, a essência política da 1 República.

Era como se Portugal não tivesse tido uma política externa tendo em conta a Espanha, ou como se fosse um aspecto menor e sem muita relevância. Era como se não tivesse havido ataques de submarinos alemães ao porto do Funchal e de Ponta Delgada e ao porto da Horta, os portos insulares mais importantes.

Era como se Portugal não tivesse tido então o primeiro grande contacto com os norte-americanos nos Açores.

E à própria existência do CEP não foi atribuído qualquer objectivo em termos europeus dentro de uma estratégia política de participação na guerra. A política primeiro, a historiografia depois, consagraram o objectivo de manutenção das Colónias como o mais importante para Portugal durante o período da 1 Guerra Mundial. E, no entanto, mau grado todos os acontecimentos ocorridos em África (ataque ao porto de Maziva, no Norte de Moçambique em Agosto de 1914, os incidentes no Sul de Angola em Setembro e o de Naulila em Outubro de 1914; a autorização do Governo português para a passagem de tropas britânicas para a Niassalândia e para fornecer a estas homens, artilharia e munições), jamais a Alemanha tomou a iniciativa de declarar guerra a Portugal, e Portugal sempre manteve relações diplomáticas com a Alemanha, sendo seu Ministro em Berlim, Sidónio Pais.

Só com a execução do Decreto de 24 de Fevereiro de 1916 pelo qual o Governo português deliberou, a pedido de Londres que invocou a Aliança, a requisição imediata dos navios alemães surtos nos portos nacionais, se assiste à declaração de guerra a Portugal por parte da Alemanha a 9 de Março de 1916. O que as disputas coloniais não desencadearam foi conseguido pela prosaica requisição da frota alemã, com a qual Portugal municia os transportes britânicos, tenta assegurar o seu próprio reabastecimento e cria os Transportes Marítimos do Estado.

Ainda hoje se coloca a questão: quais foram os objectivos pretendidos pela República com a entrada na guerra ao lado dos Aliados?

Para quem seguir de perto as declarações dos responsáveis portugueses na altura, é fácil notar uma mais clara explicação dos «motivos» que levaram o Governo a mobilizar para a guerra do que os objectivos a atingir. No principal documento de síntese elaborado pelo Governo da «União Sagrada» sobre essa matéria, na ocasião do embarque do primeiro contingente para a Flandres em Janeiro de 1917 não há uma real indicação dos objectivos a atingir, embora seja uma exposição dos motivos por que Portugal entrou na guerra, situação essa, aliás, comum à grande maioria dos outros países beligerantes que não desejam os fins pretendidos⁴². Mas são conhecidos os argumentos políticos que levaram o Governo da «União Sagrada» a preferir a beligerância à neutralidade não declarada que se arrastou desde o início das hostilidades até Março de 1916:

- numa «guerra de alianças» Portugal necessitava de dar o seu concurso à Inglaterra;
- esse concurso estava em curso em África, nomeadamente em Moçambique mas era necessário estendê-lo ao teatro europeu para assegurar a presença na futura Conferência de Paz;
- o apresamento dos navios alemães surtos em portos portugueses resolvia a questão imediata dos transportes e criava condições para Portugal se dotar de uma Marinha Mercante;
- a assistência financeira britânica permitia aguentar o esforço de guerra;
- Portugal tornava-se, assim, um clarão na Península Ibérica, para usar uma expressão de João Chagas;
- a entrada na guerra consagrava uma maior independência de Portugal no concerto das nações.

5. Os objectivos portugueses na Conferência de Paz (1919)

A história da participação portuguesa na Conferência de Paz em 1919, revela como foram prosseguidos, de facto, outros objectivos, para além da manutenção do domínio colonial, praticamente adquirido durante a guerra. Entre esses objectivos contam-se a representatividade internacional da Península Ibérica na SDN; a constituição de uma frota de Marinha Mercante; o equipamento militar das Forças Armadas; e o acesso aos fundos financeiros derivados das reparações e das indemnizações a pagar pelos alemães⁴³.

Uma das questões mais estranhas da participação portuguesa na Conferência de Paz é a ausência de contactos assíduos com os representantes da nação norte-americana⁴⁴.

Essa ausência de contactos frutuosa entre as diplomacias portuguesa e norte-americana é tanto mais para estranhar quanto, durante a guerra, o Governo de Lisboa autorizara, em Novembro de 1917, o estabelecimento de uma base naval em Ponta Delgada.

Este apoio dado durante a guerra não teve qualquer tradução posterior nas pretensões portuguesas na organização da Paz, nomeadamente quanto a uma candidatura ao Conselho Executivo da Sociedade das Nações. Comportamento diferente irá ter a diplomacia espanhola que se aproxima dos EUA para tirar dividendos, na paz, da sua condição de neutro durante a guerra, conseguindo até a integração da Espanha no Conselho Executivo da SDN⁴⁵.

A criação da SDN veio, assim, revelar o estado das relações entre Portugal e a Espanha e, até, entre Portugal e os EUA.

A entrada da Espanha neutra no Conselho Executivo da SDN colocava em situação delicada os promotores políticos da entrada de Portugal na guerra e que a haviam justificado como condição para a afirmação internacional do Estado português. Tanto mais que os resultados gerais obtidos na Conferência de Paz apareciam cruelmente minguados.

A grande novidade da Conferência de Paz para Portugal foi a de o colocar perante um plano de segurança colectiva nas relações internacionais graças à criação da SDN.

Até ao aparecimento da SDN a política externa da 1 República oscilava num espaço triangular tendo por vértices Lisboa, Londres e Madrid e tendo por objectivos não ser banalizada pela Espanha nem tutelada pela Inglaterra, mantendo-se esta como o principal garante internacional da manutenção do império colonial.

Deste modo, a criação da SDN foi entendida pelos responsáveis portugueses como uma novidade institucional favorável ao aumento da liberdade de acção de Portugal no contexto internacional e como fonte de diversificação para as relações externas da República portuguesa.

Portugal participará activamente na vida do novo órgão internacional, nomeadamente através dos seus delegados como Augusto de Vasconcelos e Afonso Costa. Este será mesmo eleito Presidente da Assembleia Geral Extraordinária no ano de 1926, exactamente aquele que discute a entrada da Alemanha na Liga, ou seja, quando a SDN atinja o máximo do seu prestígio.

Também na Comissão Permanente de Mandatos nomes como Freire de Andrade desenvolverão apreciável actividade.

Mesmo no período da Ditadura Militar esta esforçar-se-á por manter boas relações com o «Parlamento de Genebra» como o demonstra o episódio do envolvimento da Comissão Financeira do Conselho Executivo da SDN na questão do falhado empréstimo entre 1927 e 1928.

6. Diversificação das relações internacionais e Aliança Luso-Britânica

Com efeito, o período compreendido entre 1919 e 1928 vai ser caracterizado por uma vontade de diversificação das relações internacionais de Portugal. O Estado português pretende boas relações com a Bélgica para as questões africanas; liga o Lobito ao Katanga, constrói a barragem do M'Pozo, etc., melhora o clima existente com o Vaticano, leva a cabo empreendimentos de cooperação económica com a Espanha como o aproveitamento hidroeléctrico das águas internacionais do Douro; pretende erguer uma comunidade luso-brasileira fazendo António José de Almeida uma importante viagem ao Brasil por ocasião do primeiro centenário da independência deste país, em 1922. E estreita as suas relações com a União da África do Sul. Mas, pouco a pouco, Portugal irá retomar o caminho de Londres para a resolução de alguns dos seus problemas. Como explicar tal percurso? Com efeito, dentro dos princípios de segurança colectiva, e mesmo pelas obrigações decorrentes da letra do Pacto da SDN, as alianças bilaterais celebradas anteriormente deveriam ser denunciadas e todos os futuros acordos entre Estados deveriam ser depositados no Secretariado da SDN em Genebra. A própria Inglaterra assim procedeu, denunciando a aliança que a ligava

ao Japão. Mas sobre a aliança com Portugal não se pronunciou. Continuará ela em vigor? E qual a sua política?

Em primeiro lugar, Portugal irá recorrer cada vez mais aos empréstimos contraídos na praça financeira de Londres, o que somado à dívida de guerra de cinquenta milhões de libras e à concentração das exportações em mais de 70% no mercado britânico, reduzia a pouco as pretensões de maior liberdade de acção.

Quando em Cantão, em Outubro de 1921, se deu uma insurreição que ameaçou a integridade de Macau com a presença de barcos de guerra, chegou de Hong-Kong um cruzador inglês que dissipou qualquer tentativa contra a soberania portuguesa.

E certo que alguns anos depois, em 1924, Portugal fez concentrar em Macau uma significativa força naval por ocasião da guerra civil na China. Foi então constituída uma esquadra internacional composta por unidades navais inglesas, francesas, americanas e portuguesas às quais competia especialmente a defesa do porto de Xangai. Portugal enviou, então, os cruzadores «República» e «Adamastor», as canhoneiras «Macau» e «Pátria», e os transportes de tropas «Gil Eanes» e «Pero de Alenquer».

A Aliança Luso-Britânica só é, no entanto, formalmente invocada por Londres depois da criação da SDN para convencer Portugal a ratificar a Convenção sobre Tânger de 18 de Dezembro de 1924. Como diz Armando Marques Guedes: «A Inglaterra, que manifestava o maior empenho na mais rápida ratificação da Convenção, acabou por adoptar o expediente que sempre nos convenceu e reduziu — a invocação da Aliança»⁴⁶.

7. As colónias e a política externa portuguesa

No período que nos cumpre agora analisar, as Colónias continuam a influenciar significativamente a política externa portuguesa.

Herdeiros da ideologia desencadeada pela reacção ao Ultimatum, os governantes republicanos hesitaram entre dois modelos administrativos para as Colónias: o centralismo metropolitano e a descentralização. A descentralização, já ensaiada com as Leis Orgânicas de 1913-1914 foi de novo acentuada depois da 1ª Guerra Mundial com a criação da figura do Alto-Comissário. Será a Lei 1005 de Agosto de 1920 que reproduzirá o conceito de Colónia, uma vez que a Colónia era um território com maior vocação para a autonomia do que a mera Província.

A maior autonomia das Colónias em relação à Metrópole havia sido vivamente aconselhada pela delegação britânica à delegação portuguesa na Conferência de Paz. O caso que mais preocupava Londres era o do relacionamento entre Moçambique e a União Sul Africana, muitas vezes dificultado pelos governos em Lisboa. Disse-o abertamente Lord Milner a Afonso Costa a 21 de Março de 1919. Segundo ele, o que era realmente preciso era que «a colónia de Moçambique se pudesse entender directamente com a África do Sul sobre portos, caminhos-de-ferro e tarifas, sem a interferência da Metrópole»⁴⁷.

O regime dos Altos-Comissários durará formalmente até 1930, mas desde a passagem de João Belo pelo Ministério das Colónias (1926-1927) que havia aumentado a fiscalização metropolitana na vida administrativa desses territórios.

Eram as duas grandes Colónias de Angola e Moçambique que determinavam a política externa portuguesa e o seu peculiar sistema de alianças em África. As relações com a União da África do Sul marcam muito particularmente este período em que a própria África do Sul vê consagrado o seu acesso à independência pela Conferência Imperial de 1926 e pelo Estatuto de Westminster de 1931.

As relações com a África do Sul cresceram de importância quer porque se acentuaram as questões com Moçambique, quer porque a ex-Damaralândia alemã passou a mandato do tipo C da SDN (exercendo a África do Sul o mandato no Sudoeste Africano). Deste modo, a União Sul Africana confinava praticamente com Angola.

Mas, enquanto para Moçambique não parecia haver alternativa ao entendimento com a União da África do Sul e com a Inglaterra, já em relação a Angola sobravam parceiros.

De entre estes é justo salientar a Bélgica cujo Congo mantinha relações de vizinhança com Luanda, nem sempre isenta de rivalidades como aquela que opunha o porto do Lobito ao porto de Matádi para escoamento dos produtos do Katanga, ou certas questões de delimitação de fronteiras.

Para tentar resolver esses problemas reuniu-se uma Conferência Luso-Belga em Dezembro de 1926 que prepara várias convenções que serão assinadas em Julho de 1927.

Pela primeira convenção opera-se uma rectificação de fronteiras pela qual Angola fica de posse de 3500 km² do Dilolo e o Congo Belga com a localidade de M'Pozo onde se construíra uma barragem e servia para encurtar o caminho-de-ferro entre Leopoldville e o porto de Matádi.

O negociador do lado português, nada menos do que Gago Coutinho, é tão atacado que se sente na obrigação de se defender⁴⁸.

Podemos sintetizar este capítulo com as suas grandes características. Entre 1920 e 1930 a política externa portuguesa é muito influenciada pelas questões coloniais, desde os novos moldes de administração até à participação na Comissão Permanente dos Mandatos da SDN, passando pela defesa da soberania em Macau.

E a SDN, com o sistema de mandatos, obriga por analogia Portugal a uma nova política desenvolvimentista cujo principal expoente foi Norton de Matos em Angola com o seu recurso a empréstimos directos que oneravam muito a Metrópole.

As dificuldades com a África do Sul, quer no Sul de Angola quer no porto de Lourenço Marques, obrigaram Portugal a uma política de alianças versátil, ora apoiando-se em Londres, ora em Bruxelas.

A Aliança Inglesa nesse período teve um nítido conteúdo extra-europeu, desde a sua invocação para a assinatura do acordo sobre o estatuto

internacional de Tânger, até à manutenção da soberania em Macau, e sempre nas questões moçambicanas.

8. Regimes políticos e relações internacionais

A análise da política externa portuguesa entre as duas guerras mundiais coloca a questão das suas continuidades e rupturas através da sucessão de regimes políticos.

Que continuidades e diferenças se podem observar na política externa portuguesa através da I República, da Ditadura Militar e do Estado Novo? Podemos salientar as seguintes características da política externa portuguesa neste período⁴⁹:

1. A Aliança Inglesa domina todo o período embora a sua aplicação seja variável, ora mais orientada para questões financeiras, ou coloniais, ora mais favorável aos interesses de Portugal, ora prejudicando-os.

2. A fase final da I República foi marcada por um certo esforço de diversificação das relações internacionais de Portugal, mantendo-se o Governo fiel ao sistema de segurança da SDN, e procurando na Alemanha, no Brasil, na Bélgica e até na União Sul Africana essa diversificação.

3. Mas a União Sul Africana irá revelar-se um vizinho pleno de exigências em África, obrigando a I República a manter contactos com Londres para moderar os apetites boers sobre Lourenço Marques.

A Espanha esteve praticamente ausente da política externa portuguesa entre 1920 e 1926, embora haja a assinalar a sua intervenção nos assuntos nacionais pelo menos em Outubro de 1921 e na protecção que deu aos revoltosos de 18 de Abril de 1925 já em plena Ditadura de Primo de Rivera.

5. A Ditadura Militar entre 1926 e 1930 continuou o esforço de diversificação das relações internacionais de Portugal, iniciado durante a parte final da I República, embora distinguindo-se desta pela celebração da Convenção de 1928 com a União da África do Sul - que os republicanos haviam recusado - e pelo estreitamento das relações com a Espanha de Primo de Rivera até 1931.

6. No entanto, a Ditadura Militar continuará a política da I República no respeitante à SDN - e até à célebre questão do empréstimo pode ser encarada como uma tentativa de utilização daquele organismo internacional para atenuar a dependência financeira de Londres.

7. Seria já com o Estado Novo que se passaria a condenar o «parlamentarismo internacional» da SDN, ao mesmo tempo que Salazar em 1933 afirmava preferir que a direcção dos assuntos europeus passasse pela solução proposta por Mussolini de um quadro quadripartido entre a Itália, a França, a Inglaterra e a Alemanha.

8. Salazar não deixou de se louvar na política externa da I República no respeitante à diversificação das relações internacionais para a defesa dos

interesses em África, mantendo activo o triângulo Londres-Bruxelas-Lisboa contra as aspirações sul-africanas e até alemãs. Também o processo diplomático que culminou com a cedência de «facilidades» nos Açores em 1943 tem óbvias analogias com a triangulação Lisboa-Londres-Washington que precedeu a autorização formal para o estabelecimento da Base Naval norte-americana em 1917 no porto de Ponta Delgada.

9. Salazar demonstrou, contudo, maior abertura em direcção às potências continentais a partir da guerra civil de Espanha do que qualquer outro governante português desde Barros Gomes e Barbosa du Bocage. Obviamente, neste balancear de constantes e de diferenças na política externa portuguesa entre as duas guerras mundiais há que ter em conta mais a evolução do contexto internacional do que a mera evolução interna dos regimes políticos.

Desde o final da I Guerra que a situação económica e financeira de Portugal se agrava dia após dia. A desvalorização do escudo é galopante. O «problema dos cambiais», como se dizia então, atinge proporções dramáticas bem presentes na célebre afirmação de Liberato Pinto: «A GNR vai buscar as divisas onde elas estiverem».

O recurso aos empréstimos internacionais é uma prática rotineira. Certas casas bancárias como a Lazard Brothers especializam-se nessas operações. Portugal procura novas praças como Nova Iorque, mas o tal «círculo vicioso da dependência» nem isso permite na altura.

Surge entretanto a Ditadura Militar. A sua política externa pretende acentuar a diversificação das relações internacionais de Portugal.

Aproxima-se da Espanha de 1927 a 1931, e este país é visitado pelo general Carmona⁵⁰. Estabelecem-se acordos com a África do Sul sobre por-tos, caminhos-de-ferro e mão-de-obra de Moçambique, pretende-se manter uma presença activa na Sociedade das Nações.

E aqui se insere a tentativa de envolvimento da SDN pelos ministros militares, Sinel de Cordes e Ivens Ferraz, no célebre caso do pedido de empréstimo que marcaria a vida nacional entre Novembro de 1927 e Março de 1928. Como já afirmámos algures: «Essa operação permitia diversificar as fontes de crédito, afastava intermediários, colocava a Ditadura Militar em posição de diálogo directo com as estruturas da então ainda bastante prestigiada Sociedade das Nações, abria possibilidades de saneamento financeiro garantido pelos sucessos já alcançados pelos peritos daquela organização internacional. Era ainda a prossecução de uma política externa menos pró-britânica conduzida pelos ministros militares, como o comandante João Belo para as Colónias, e o referido Sinel de Cordes para as relações financeiras internacionais por parte do regime ditatorial junto ao parlamento de Genebra»⁵¹.

Seja como for, é indiscutível que o fracasso do empréstimo acertado pelos militares permitiu a rápida ascensão de Oliveira Salazar no interior da Ditadura. Talvez ainda não tenha sido suficientemente salientado que Salazar assume a pasta das Finanças em Abril de 1928, ou seja, um mês

depois do fracasso das operações do empréstimo. Ficava deste modo resolvida a opção entre o recurso a empréstimos internacionais ou uma política de drástica redução de despesas no orçamento do Estado.

Dada a inegável hegemonia política de Salazar dentro da Ditadura, embora entre 1928 e 1932 ela não esteja irreversivelmente assegurada, cabe perguntar pelas concepções externas iniciais do homem que iria governar Portugal durante quarenta anos.

Entre 1928 e 1932 e mesmo entre 1932 e 1936 não se conhecem grandes decisões de Salazar em matéria de política externa. Seria a guerra civil de Espanha que daria ao novo ditador a oportunidade para se afirmar nas questões internacionais.

O seu biógrafo, Franco Nogueira, sintetiza assim o problema: «Desde os seus tempos de ministro das Finanças sente-se Salazar fascinado pela política externa. Seguia atentamente a actividade internacional; lia alguma imprensa estrangeira; e procurava estar informado das linhas fundamentais da orientação portuguesa. Mas não procurava intervir, nem pronunciar-se sobre a matéria»⁵².

Porém, numa entrevista que dera ao *Diário de Notícias*, em 20 de Agosto de 1933, a António Ferro, Salazar mostra-se francamente crítico da SDN e do seu «parlamentarismo internacional» onde todos os países se apresentam em Genebra a discutir todos os problemas mesmo que estes não digam respeito a muitos, como era o caso das questões coloniais. E chega a desposar a solução preconizada por Mussolini de um pacto de quatro países (Itália, Inglaterra, Alemanha e França) para discutir as questões europeias: representando as principais forças europeias poderiam estas resolver os problemas do continente com lealdade⁵³.

Sobre Hitler opina, na mesma entrevista, que a Europa lhe deve o serviço de afastar a ameaça comunista. E não deixa de declarar a maior fidelidade à Aliança Luso-Britânica numa base de igualdade.

E Franco Nogueira quem ainda sugere ter sido Oliveira Salazar influenciado nas linhas gerais da política externa pelo Secretário-Geral do MNE, Teixeira de Sampaio, que lhe transmitira a sua profunda convicção segundo a qual seria fundamental para Portugal não se comprometer com pactos internacionais «que prejudicariam a aliança que até hoje tem sido sistematicamente respeitada», pelo que Portugal não se devia fiar em pactos de segurança colectiva com a SDN, e devia lutar contra a internacionalização de problemas como o colonial⁵⁴.

A guerra civil de Espanha, a elaboração do Pacto Ibérico, e a neutralidade portuguesa durante a II Guerra Mundial constituem os momentos mais intensos da actividade de Salazar na condução da política externa portuguesa entre 1936 e 1947, período em que acumula a pasta dos Negócios Estrangeiros. Significativamente, todos esses episódios são ditados pela natureza especial das relações luso-espanholas⁵⁵.

Fiel à sua premissa segundo a qual a «guerra na Metrópole é guerra com a Espanha», Salazar irá distinguir-se pelo apoio que dará a Franco convencido de que o principal perigo para a integridade de Portugal era o federalismo ibérico republicano do lado espanhol.

De facto, entre 1931 e 1936 a Ditadura salazarista apresentará a República espanhola como o principal inimigo no teatro europeu. Segundo Salazar, haveria então um duplo «perigo espanhol» — o revolucionário e o iberista — caso triunfasse irreversivelmente a esquerda em Madrid⁵⁶.

Mas a guerra civil dará a Salazar a possibilidade de agir sobre os acontecimentos na Península Ibérica por forma assaz importante e singular. Embora Salazar venha a protagonizar algumas divergências com Londres sobre as medidas a aplicar quanto à não intervenção na guerra civil, arrogando-se a evidência de conhecer melhor a Península Ibérica do que o Foreign Office, não chega a transpor qualquer Rubicão que o separe da política inglesa para a Península: Portugal acabou por participar em Londres na Comissão de Não-Intervenção, acabou por aceitar a fiscalização das suas fronteiras com Espanha e não se precipitou no reconhecimento diplomático do regime de Burgos, deixando mesmo essa iniciativa ao Foreign Office⁵⁷.

Tudo isto não impediu o franco apoio do regime do Estado Novo aos rebeldes nacionalistas espanhóis, tendo favorecido a mobilização de voluntários e dado importante apoio logístico, nomeadamente em produtos derivados de petróleo e outras facilidades⁵⁸.

Com o fim da guerra civil em Espanha, e com o advento da II Guerra Mundial, as relações entre os Estados da Península passam por uma fase de solidariedade entre regimes ditatoriais de que o Pacto Ibérico, ou Peninsular, é a ilustração diplomática.

A 17 de Março de 1939 tem lugar em Lisboa a assinatura do Tratado Luso--Espanhol de amizade e não agressão que logo recebe dois nomes de baptismo: Pacto Peninsular para os salazaristas e Pacto Ibérico para os franquistas. As razões propriamente peninsulares e de solidariedade inter-regimes estão compreendidas nos Artigos 1.º, 3.º e 4.º.

Significativa e previdentemente o Artigo 3.º estipulava que «cada uma das partes contratantes obriga-se a não entrar em pacto ou aliança contra a outra parte ou que tenha por fim agressão contra o respectivo território». Já o Artigo 4.º, dirá: «Qualquer pacto ou tratado de aliança de futuro concertado entre uma das partes contratantes e terceiros Estados ressalvará sempre os compromissos definidos neste tratado».

Mas essa solidariedade entre regimes políticos terá um importante aspecto estratégico derivado da neutralidade recíproca dos dois Estados e que resultou na anulação da Península como teatro de operações militares durante a guerra de 1939-1945.

Com as tropas de Hitler junto aos Pirenéus, Salazar e Franco entendem-se na criação de uma Península Ibérica neutra e a 29 de Julho de 1940 é

assinado o Protocolo Adicional ao Tratado Luso-Espanhol de 17 de Março de 1939, reiterando essa política de neutralidade.

Para Fernando Rosas «a neutralidade do Governo português na Segunda Guerra Mundial correspondeu aos interesses estratégicos da Grã-Bretanha quanto à preparação e condução do conflito»⁵⁹.

Segundo essa tese quer o Pacto Ibérico e o Protocolo Adicional, quer a política de neutralidade durante a II Guerra serviram não só os interesses do regime salazarista como os da própria Inglaterra, cujo objectivo principal para a Península era o de manter a Espanha afastada das potências do Eixo. Com efeito, os Aliados vão conseguir a utilização de dois pontos estratégicos sem quebrarem a neutralidade dos dois Estados da Península reforçada pelo Pacto Ibérico de Março de 1939 e pelo Protocolo Adicional de 1940: trata-se de Gibraltar com o seu estatuto especial e das «facilidades» nos Açores a partir de Outubro de 1943.

A decisão aliada de utilização dos Açores foi precedida de considerações sobre as probabilidades de invasão alemã da Península podendo concluir-se dessas preocupações que os Aliados só decidem fazer o pedido a Portugal sobre as facilidades nos Açores quando adquirem a convicção de que as probabilidades de invasão da Ibéria são nulas. Para isso esperam pela expulsão das tropas alemãs da Tunísia.

E, como já assinalámos, «os Aliados só se decidiram pela utilização dos Açores depois de terem a certeza de que os alemães não tinham possibilidades de invadir a Península e de, através do Pacto Ibérico e do Protocolo, terem garantido a neutralidade de Espanha»⁶⁰.

9. A «neutralidade continental» de Portugal durante a II Guerra Mundial

Mal as tropas alemãs invadem o território da Polónia, Salazar, como a pretender sublinhar a diferença com a posição da I República em situação análoga, apressa-se a declarar a neutralidade portuguesa perante o conflito, em Nota oficiosa datada do próprio dia 1 de Setembro de 1939. Na sua parte operativa a breve Nota afirma: «Felizmente os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade»⁶¹.

Vários autores têm interpretado a rapidez da declaração de neutralidade como um movimento propício a criar condições para a fixação da neutralidade da Espanha franquista, então muito dependente das potências do Eixo⁶².

Porém, não é de excluir que entre os vários factores que podem explicar a explicitação da neutralidade por Salazar esteja a própria capacidade militar portuguesa na emergência⁶³.

O caso mais ilustrativo dessa ausência do factor militar para manter a soberania deu-se com Timor.

Assim, a 17 de Dezembro de 1941 Timor é ocupado por forças holandesas e australianas. O Ministro do Japão em Lisboa queixava-se, em Fevereiro de 1942, que «não tínhamos dado, ao menos, uns tiros simbólicos para resistir à invasão»⁶⁴.

A resposta militar, em teatro tão excêntrico, não terá sido, pois, das mais convenientes para consagrar o estatuto de neutralidade naquele território sob soberania portuguesa.

Diplomaticamente, a reacção de Lisboa será mais viva, e o Governo pretende mesmo substituir as tropas australianas e holandesas por um contingente português que se forma em Moçambique. As diligências entre Lisboa e Londres são, porém, demoradas, mas «esta demora diplomática que permite alargar o tempo de permanência aliada na ilha permite simultaneamente o pretexto nipónico para proceder à segunda invasão do território»⁶⁵.

Com efeito, a 19 de Fevereiro de 1942, dá-se a invasão nipónica em Timor. E a 23 de Fevereiro o Embaixador de Portugal em Londres é chamado pelo Secretário de Estado britânico. Este, no decorrer da conversa, «não pode deixar de notar que a reacção do Governo português foi agora menos dura do que aquando do desembarque das tropas (aliadas) em Timor, para prevenir um ataque»⁶⁶.

Salazar reage à insinuação do Foreign Office. A 24 de Fevereiro, em telegrama para Armindo Monteiro em Londres, ele evoca a opinião pública para justificar a reacção oficial à invasão japonesa: «Agora a opinião, percebemo-lo nitidamente, tinha a tendência para considerar, no aspecto militar, correcta e porventura necessária, a operação japonesa que muitos previam e outros desejariam, irreflectidamente, para tirar vingança dos primeiros violadores...»⁶⁷.

Cerca de um ano depois um diplomata norte-americano ensaia outra explicação para essa atitude do governo de Salazar: «A ocupação britânica de Timor foi canhestra, tanto militar como diplomaticamente, mas foi relativamente inofensiva e decente nas suas intenções. Os portugueses reagiram com uma indignação estridente e dramática. A ocupação japonesa de Timor, embora se justificasse tecnicamente pelas leis da guerra, foi selvagem, insolente e transparentemente destruidora na sua execução. Os portugueses reagiram com uma brandura quase apologética. Porquê?

A razão reside na ansiedade portuguesa relativamente ao destino de outra colónia portuguesa que se encontrava à mercê dos japoneses: Macau»⁶⁸.

De entre a literatura sobre a neutralidade de Portugal merece especial relevo esse relatório elaborado por George Kennan quando era Conselheiro da Legação norte-americana em Lisboa e no qual se pode ler: «Em todos os conflitos maiores entre um grande poder militar continental e um grande poder marítimo extracontinental, Portugal tem constituído um pomo de discórdia se não um terreno de batalha. As suas fronteiras terrestres, por muito confortavelmente remotas que estejam, são, em última análise, indefensáveis contra o primeiro; a sua costa e o

seu império são igualmente indefensáveis contra o segundo. Por consequência, a sua segurança dependeu sempre da sua capacidade de manobrar, de jogar uma força contra a outra, de se "vender" a ambos os beligerantes na qualidade de neutral»⁶⁹.

Pelo nosso lado, temos proposto como elemento para a compreensão da neutralidade portuguesa durante a II Guerra Mundial uma explicação derivada das inter-relações entre a estratégia e as relações internacionais: «A própria neutralidade de Portugal e de Espanha durante a Segunda Guerra Mundial foi um meio, que aliás interessou a todas as partes, de anular as funções estratégicas militares da Península Ibérica, na continuação da anulação da costa mediterrânica da França de Vichy. A Península Ibérica, pela política de neutralidade dos seus dois Estados, perde então importância estratégica, com a excepção de Gibraltar nas mãos dos ingleses - e o Norte de África revelar-se-á o campo do confronto inicial entre a potência continental e a coligação marítima»⁷⁰.

A «neutralidade continental» de Portugal permitirá, porém, a manutenção da neutralidade espanhola no período de 1940 a 1942.

A solução vitoriosa da campanha do Norte de África em 1943 permite à coligação marítima conceber a utilização de «facilidades» nos Açores, depois de diminuídas significativamente as probabilidades de invasão da Península pela Alemanha. E a abertura de duas frentes aliadas para além dos Pireneus, na Sicília e na Normandia, faz da Ibéria um teatro excêntrico nas decisões da guerra. Eis em grande parte explicado o êxito da política de neutralidade conduzida cuidadosamente por Salazar.

Um caso bem significativo dessa posição estaria na concessão de «facilidades» nos Açores durante o Verão de 1943.

A coligação marítima só se decidiu pela utilização dos Açores depois de terem a certeza de que os alemães não tinham possibilidades de invadir a Península Ibérica. E só depois de ganha a primeira fase da guerra no Norte de África é que Londres insiste na sua pressão sobre Lisboa para a cedência de bases nos Açores.

O Embaixador britânico em Lisboa, R. Campbell entrega, em 16 de Junho de 1943, uma Nota a Oliveira Salazar em que, nomeadamente, se declara que o Governo britânico chegou à conclusão de que o uso de «facilidades» nas ilhas portuguesas no Atlântico, particularmente nos Açores «seria um factor decisivo na rápida derrota da campanha submarina alemã no Atlântico». Em troca dessas facilidades o «Governo de Sua Majestade está pronto não só a garantir a retirada das suas forças nos Açores no fim das hostilidades, mas também a dar garantias quanto à manutenção da soberania portuguesa em todas as colónias portuguesas». O início da utilização de facilidades nos Açores ficou marcado, por acordo entre Lisboa e Londres, para o dia 8 de Outubro de 1943.

E, no seu relatório anual, o referido Embaixador britânico usa o conceito de «neutralidade continental» para caracterizar a situação de Portugal na guerra⁷¹. A correlação entre as facilidades oferecidas à coligação marítima e a manutenção da soberania portuguesa encontrará outra

expressão quando do acordo de 1944 sobre a utilização do aeroporto de Santa Maria pelos EUA, em que se discute o futuro de Timor.

Será, pois, pela via diplomática que as autoridades de Lisboa tentarão manter as formas da soberania portuguesa quando da rendição japonesa em Timor. Aproveitando as negociações com os EUA para a utilização do aeroporto de Santa Maria nos Açores, o Governo português introduz o princípio da sua participação na libertação de Timor, o que é aceite pelo Governo norte-americano por Nota de 28 de Novembro de 1944⁷².

Em suma, durante a II Guerra Mundial, Portugal foi um país formalmente neutro, que sofreu vários beliscões na inteireza da sua soberania em variados pontos do seu território, como as invasões de australianos e de japoneses em Timor, a discutida situação em Macau, as «facilidades» concedidas nos Açores, ou a inibição de venda de volfrâmio às potências do Eixo. A neutralidade portuguesa foi exactamente aquilo que os serviços ingleses chamaram no seu empirismo de «neutralidade continental».

10. O regime do Estado Novo e a situação internacional entre 1945 e 1949

O período subsequente ao fim da II Guerra Mundial é paradigmático das correlações que se podem estabelecer entre política interna e política externa. Esse período trouxe ao regime salazarista «dificuldades provenientes da chamada *vitória das democracias*»⁷³.

E entre 1945 e 1949 vão-se repetir alguns episódios que revelam a marginalização do Governo português na cena internacional e também as hesitações, as decisões que se tomam a contragosto, ou sem convicção, para além daquelas que são tidas por erradas e depois emendadas.

Salazar assiste ao fim da guerra sem grandes apoios internacionais. Exceptuada a Espanha, ainda mais isolada do que Portugal, as melhores relações do regime ainda são com o Vaticano com quem assinara a Concordata e o Acordo Missionário a 7 de Maio de 1940. E também se estabelecem relações especiais com a neutra e católica Irlanda.

Embora a tolerância inglesa, e até norte-americana, tivesse ajudado Salazar a permanecer no poder, a atitude deste durante a guerra impede os Aliados de convidarem Portugal para a Conferência de S. Francisco onde se reúnem os fundadores da ONU a partir de 25 de Abril de 1945.

E certo que sobre o regime do Estado Novo não cai nenhum anátema formal como aquela resolução da ONU de 1946 que considerava o regime espanhol como tendo características fascisantes, mas o pedido do Governo de Lisboa, de Agosto de 1946, para ser membro das Nações Unidas não será considerado pelo Conselho de Segurança daquele organismo⁷⁴.

Por muito que o Governo esgrima então a sua falta de interesse em participar na ONU a recusa da sua entrada, embora se devesse ao veto

soviético, acentuara a sensação de marginalidade surgida com a ausência da Conferência de S. Francisco.

Também a situação de Portugal face ao Plano Marshall revela uma certa desorientação perante as novas realidades surgidas no após-guerra. Com efeito, o Secretário de Estado norte-americano, George Marshall, apresenta em Junho de 1947, num discurso proferido na Universidade de Havard, a ideia de um vasto programa de ajuda económica aos países europeus destruídos pela guerra, cujo plano havia sido concebido por George Kennan.

Marshall propunha aos países europeus um plano de reestruturação económica para o qual os EUA forneceriam fundos financeiros que deveriam atenuar e eliminar o défice da balança europeia de pagamentos. Para esse efeito os países europeus deveriam elaborar, em conjunto, um programa de reestruturação económica, prevendo-se ainda a constituição de uma futura união económica europeia.

Como escreveu o Embaixador Fernando Reino, «a primeira reacção oficial portuguesa à iniciativa americana do Plano Marshall foi de incompreensão do famoso discurso em Havard. [...] A posição reticente advinha dos preconceitos de Salazar que considerava os Americanos *ingénuos, simplistas, ignorantes e até levianos*, o que impediu o aproveitamento do primeiro exercício da ajuda Marshall programado para 1948-1949...»⁷⁵.

Também para Fernanda Rollo «a reacção portuguesa ao lançamento da proposta de auxílio americano à Europa, no discurso de George Marshall, produziu uma primeira clara manifestação da particularidade do pensamento das autoridades portuguesas sobre a vida internacional»⁷⁶.

A rejeição do Plano Marshall data, segundo Franco Nogueira, de uma reunião do Conselho de Ministros realizada em 27 de Janeiro de 1948: «Alguns ministros, mais directamente ligados ao fomento, inclinar-se-iam para aceitar a aplicação do Plano Marshall ao País. Salazar segue, no entanto, um ponto de vista diverso»⁷⁷.

Porém, ainda no decorrer do ano de 1948, Salazar vai mudar de posição face ao «auxílio americano». Fernanda Rollo dá a seguinte explicação para o fenómeno: «Sucedeu que ao longo dos primeiros meses de 1948 se assistiu, pela primeira vez desde há alguns anos, a uma deterioração acentuada da situação financeira e cambial portuguesa»⁷⁸.

Daí que o Governo tenha decidido, e tenha conseguido candidatar-se ao chamado segundo exercício do Plano Marshall – 1949-1950. São variados os testemunhos que nos dão um Salazar desconfiado das intenções dos americanos em relação aos países europeus, mas está ainda por fazer a análise detalhada de duas questões particulares que embaraçam as relações entre Washington e Lisboa, e que concretamente afligiam Salazar: a questão das indagações sobre o «ouro nazi» possivelmente existente no Banco de Portugal, e a permanência de tropas norte-americanas na Base das Lajes na Ilha Terceira.

Ora, essas questões irão desenvolver-se num sentido menos dramático do que o receado por Salazar: por um lado, o cair da «cortina de ferro» sobre

os países da Europa de Leste (cujos bancos tinham sido as principais vítimas dos saques alemães) tornou mais branda a pressão das autoridades norte-americanas sobre a aquisição de ouro dessa proveniência durante a guerra; por outro lado, a divisão da Alemanha e o perigo soviético deram o devido contexto ao estabelecimento de uma base permanente nos Açores por parte dos norte-americanos.

Com efeito, um Acordo datado de 2 Fevereiro de 1948 entre Portugal e os Estados Unidos formaliza a permanência de mais de quinhentos homens que se mantiveram nas Lajes desde o fim da guerra contrariamente ao acordado com Londres no Verão de 1943.

Em 28 de Abril de 1948, Salazar irá proferir um dos mais importantes discursos versando matéria de política internacional intitulado «O Ocidente face à Rússia»⁷⁹.

Nesse discurso Salazar acentua: «... As potências ocidentais consideraram, com o esmagamento da Alemanha, atingido o seu fim de guerra; a Rússia não, pois que, além do reforço da sua defesa e do aumento do seu poderio, alimenta, para a hipótese de ser possível realizá-lo, o seu sonho da revolução mundial, de que é o máximo expoente e o mais sólido apoio. Esta é a situação»⁸⁰. Este o contexto do Acordo de 2 de Fevereiro de 1948 com os norte-americanos para a utilização da Base das Lajes de forma permanente, assim como da assinatura do Acordo de Defesa entre Portugal e os EUA de 1951, já com a Aliança Atlântica como pano de fundo.

Aquele discurso servirá mesmo de base para Augusto de Castro publicar no *Diário de Notícias* um artigo em Fevereiro de 1952, quando da cimeira da Aliança Atlântica realizada em Lisboa, reivindicando para Salazar um certo pioneirismo na matéria. O curioso é ter Salazar escrito ele próprio a Augusto de Castro a recomendar o artigo para essa data e até a indicar as páginas do Tomo IV dos seus Discursos em que ele se podia louvar⁸¹! O certo é que a partir de então essa interpretação passou a constituir doutrina para os estudiosos da matéria.

A verdade, porém, é que a adesão de Portugal à Aliança Atlântica em 1949 não suscitara em Salazar um grande entusiasmo.

11. A entrada de Portugal na Aliança Atlântica

Vejamos então o contexto de adesão de Portugal à Aliança Atlântica que culminou com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte em 4 de Abril de 1949. Como já salientámos, «pese embora o deleite com que as autoridades portuguesas gostam de ser apresentadas como membros fundadores da OTAN, o certo é ter sido nulo o papel da diplomacia portuguesa quer na concepção quer na elaboração dos primeiros passos da Aliança»⁸².

A adesão de Portugal à Aliança Atlântica não suscitou um grande entusiasmo junto de Salazar.

As reservas de Salazar ao Pacto do Atlântico estão abundantemente referidas por colaboradores tão íntimos como os Embaixadores Franco Nogueira e Marcello Mathias.

Nuno Severiano Teixeira resumiu-os assim: «O texto do Tratado levantava desde logo algumas questões para as quais Portugal reclamava outras tantas alterações: a alusão à Carta da ONU, a que Portugal não pertencia; a defesa do modelo democrático parlamentar negado pelo corporativismo do Estado Novo; e a duração do Pacto por um período de vinte anos, que parecia demasiadamente longo para Portugal, receando ver-se envolvido em algum conflito internacional, depois da conseguida neutralidade na Segunda Guerra. Nenhuma destas reivindicações portuguesas seria aceite, já que nenhuma afectava as grandes potências»⁸³.

Uma das causas do embaraço de Salazar perante a Constituição da Aliança Atlântica era a exclusão da Espanha.

A entrada de Portugal na Aliança Atlântica fez-se contra a vontade manifesta da Espanha franquista que apregoava então a tese da «terceira neutralidade»⁸⁴.

A diplomacia espanhola insiste com Lisboa, a partir de Setembro de 1948, para se proceder à prorrogação do Pacto Ibérico, e propõe um Segundo Protocolo Adicional para vigorar por mais dez anos após 30 de Março de 1949, data em que terminava a vigência do Tratado de Amizade e Não-Agressão assinado em Março de 1939.

Segundo Nicolau Franco, em carta datada de 9 de Setembro de 1948 e dirigida a Caeiro da Mata, Ministro dos Negócios Estrangeiros, aquela prorrogação «não devia ser tácita, visto que tal procedimento, quase clandestino ou, pelo menos, tímido, de manter relações cordiais, não está de harmonia com os momentos que atravessamos em política internacional». Caeiro da Mata, a 20 de Setembro, afirma que o Governo português concorda com a prorrogação do Tratado mas não refere a necessidade de dar qualquer solenidade a essa medida. E assim a posição espanhola face à entrada de Portugal na Aliança Atlântica endurece de forma clara a partir de Março de 1949.

A diplomacia espanhola num *Memorandum* sobre a matéria desenvolve os seus argumentos contra a entrada de Portugal na Aliança Atlântica: «A assinatura por Portugal do Pacto do Atlântico... faz prever acções que pela sua natureza podem comprometer a inviolabilidade dos territórios metropolitanos, ou constituir perigo para a segurança ou a independência de ambos os países ibéricos. As negociações unilaterais de Portugal opõem-se ao conceito de colaboração em política internacional que inspira o espírito do Pacto Ibérico». E acrescentava sem rodeios: «Os compromissos com a Espanha obrigam Portugal a estudar com ela, prévia e conjuntamente, o convite recebido e a responder ao mesmo de acordo com a Espanha».

Deste modo, compreende-se melhor o afã das autoridades portuguesas no empenhamento público favorável à entrada da Espanha na Aliança Atlântica.

E o próprio Salazar dirá no seu discurso proferido a 25 de Julho de 1949 por ocasião da ratificação do Tratado: «A comunidade de fronteira, a afinidade de sangue, o paralelismo das culturas, a unidade geográfica e estratégica da Península, que tem de ser forçosamente considerada como um todo no respeitante à defesa do Ocidente como base em terra continental europeia e que explicam não só os acordos existentes mas a posição sistemática defendida por nós em relação à Espanha na Europa».

O Parecer n.º 39 da Câmara Corporativa acerca do Tratado do Atlântico Norte, para além de acrescentar normativos doutrinários ao espírito do Tratado — como o de considerar a expressão da defesa da civilização ocidental e cristã — refere-se à exclusão da Espanha como uma «injustiça».

O Parecer reflecte, aliás, as dúvidas suscitadas ao regime do Estado Novo pelo Tratado do Atlântico Norte: qual o lugar para a Aliança Inglesa depois dele; que garantias haverá para a política ultramarina do Governo; como enquadrar a Espanha numa atitude de boa vizinhança; qual a força normativa do Preâmbulo em relação aos regimes não-democráticos?

Mas o certo é que, mau grado as reticências de Salazar, a entrada de Portugal na OTAN significou o seu aparecimento na cena internacional como o principal interlocutor ibérico, pelo menos em termos estratégicos e políticos, se não militares. O isolamento da Espanha permite a Portugal uma maior importância quer na representação externa da Península quer no binómio das relações luso-espanholas.

Salazar não tem dúvidas ao afirmar no seu discurso perante a Assembleia Nacional que a definição ideológica fundada nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito «é manifestamente infeliz no preâmbulo do Pacto e sofre da vacuidade ou imprecisão de certas fórmulas já gastas e perturbadoras», enquanto realça «o prestígio do sistema doutrinário que os exércitos moscovitas levam consigo»⁸⁵.

O Presidente do Conselho coloca a questão de se saber se a adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico se poderia considerar um desvio da política externa tradicional, para ele próprio responder pela negativa, por a Aliança Atlântica poder ser considerada um reforço da Aliança Inglesa, embora o Pacto não interessasse por modo directo à defesa de territórios coloniais «designadamente aos nossos territórios ultramarinos»⁸⁶.

Ora, a defesa dos «territórios ultramarinos» iria constituir o essencial da política externa salazarista, se exceptuarmos o processo de adesão à Associação Europeia do Comércio Livre — a EFTA, em 1959⁸⁷.

No plano da política externa, a chamada «questão ultramarina» coloca-se, sobretudo, a partir das pretensões da União Indiana sobre Goa, Damão e Diu, e quase monopoliza a diplomacia portuguesa depois da entrada de Portugal nas Nações Unidas. Ou seja, a partir dos meados dos anos 50.

12. A questão colonial na política externa salazarista

Durante a II Guerra Mundial os territórios portugueses mais ameaçados foram os Açores, Timor e Macau. Quer a chamada Índia Portuguesa quer as Colónias africanas atravessaram a guerra sem grandes sobressaltos, até porque nas suas imediações não se confrontavam potências.

Depois da guerra, no entanto, dá-se uma alteração neste panorama. Primeiro com a independência da União Indiana em 1948, e depois com o despertar do continente africano na cena internacional e o desenrolar do processo de descolonização.

Franco Nogueira situa no ano de 1953 as primeiras interrogações do regime sobre a Índia: «Se Portugal entregar Goa, não está por esse próprio facto admitindo a ilicitude da sua soberania? Se a soberania portuguesa é ilícita em Goa, como pode ser havida por legítima noutros territórios ultramarinos de igual estatuto»⁸⁸?

Deste modo, para Salazar a única política que poderia salvar Goa seria «a de cortar a Nehru todas as alternativas, salvo uma: a força, a guerra — mas esta não pode o chefe indiano fazê-la porque esbarra com a sua política pacifista sobre que assentam todo o seu prestígio e a magistratura mundial que se arroga»⁸⁹.

Assim, o conceito estratégico que subentendia o tipo de mobilização decretada desde 1954 baseava-se num cálculo político de Salazar a respeito de Nehru: este, dada a sua reputação mundial de pacifista, não invadiria os territórios de Goa, Damão e Diu caso houvesse um mínimo de resistência por parte das Forças Armadas portuguesas. Esse cálculo político desdobrava-se num cálculo diplomático: caso a União Indiana atacasse, uma certa resistência das Forças Armadas, mesmo conseguida com meios modestos, seria suficiente para accionar a Aliança Luso-Britânica, ou até a comunidade internacional através da ONU, da qual Portugal se tornara finalmente membro a partir de 1955.

A 10 de Dezembro de 1961 «Oliveira Salazar ainda tem dúvidas de que a decisão de Nehru seja a de atacar. [...] Na noite do dia 10 de Dezembro de 1961, em reunião com os ministros responsáveis, debate-se um problema: invocar ou não a Aliança Inglesa. [...] E Salazar concorda num apelo à Inglaterra em nome e nos termos da Aliança»⁹⁰.

Os acontecimentos vieram dar um cruel desmentido aos pressupostos estratégicos nesta matéria *quer* pela atitude da União Indiana que a 11 de Dezembro de 1961 invadiu os territórios de Goa, Damão e Diu, quer pela recusa de Londres em apoiar qualquer acção portuguesa na

emergência, quer ainda pela indiferença gerada na comunidade internacional a respeito da soberania portuguesa naquelas paragens, com especial relevo para a atitude dos órgãos das Nações Unidas.

13. Portugal perante a ONU

Quando Portugal foi admitido na ONU, em 1955, o Secretário-Geral, evocando o Artigo 73.º da Carta das Nações Unidas, dirigiu ao Governo português uma Nota perguntando pelos territórios sob administração colonial, pois se os tivesse teria de prestar informações sobre eles.

O Governo português respondeu negativamente, enquanto, por exemplo, a Espanha franquista adopta uma posição mais flexível, comunicando que estava pronta a fornecer informações sobre os seus territórios não europeus ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Deste modo, «a entrada simultânea de Portugal e da Espanha na ONU em 1955 marca o início de dois movimentos de sentido contrário para os dois Estados Ibéricos na Sociedade das Nações: enquanto para a Espanha a entrada na ONU permite a sua saída do isolamento internacional, para Portugal essa entrada marca o declínio da tolerância externa para com a sua administração, sobretudo no respeitante à política colonial»⁹¹.

Essa atitude do Governo português iria determinar um longo contencioso com a Assembleia Geral da ONU⁹². E, de certa maneira, ela é a responsável pelas características da política externa da fase terminal do Salazarismo: concentração dos esforços diplomáticos na defesa da tese do *Portugal Uno e Indivisível*, da manutenção dos territórios ultramarinos, e na recusa da aceitação do princípio da autodeterminação como interpretado pelos órgãos das Nações Unidas.

Recusa todas as sugestões, mesmo de países aliados, para atenuar a sua intransigência e receber apoios internacionais e até materiais⁹³. O próprio Conselho Nacional de Segurança dos EUA elaborou, em Julho de 1961, uma lista de países que poderiam pressionar Salazar a mudar de política: França, Reino Unido, Espanha, Brasil e Vaticano⁹⁴.

A todos oferece o Presidente do Conselho a mais determinada resistência, até se proclamar «orgulhosamente só» na questão africana. E para a política externa portuguesa se libertar da questão colonial foi necessária uma revolução.

NOTAS

¹ Vide «Actas das Sessões, 10 de Junho de 1891», in *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 1891.

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ J. P. de OLIVEIRA MARTINS, *Portugal em África, s.l.*, 1891.

⁶ Vide JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, INCM, 1981, pp. 47-52.

⁷ In *Negócios Externos – Documentos Apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1890 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros – Negócios da África Oriental e Central – Correspondência com a Inglaterra* e *Documentos Correlativos até 13 de Janeiro de 1890*, Lisboa, 1890, pp. 198-199.

⁸ Ibidem.

⁹ Vide A. MARQUES GUEDES, «Os Últimos Tempos da Monarquia 1890-1910», in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, Vol. VII, Cap. XV, Edição monumental comemorativa do oitavo centenário da fundação da nacionalidade, Barcelos, Portucalense Ed., 1935.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Sobre a inter-relação entre a política externa e interna do Ultimatum, vide NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, *O Ultimatum Inglês*, Lisboa, Ed. Alfa, 1990.

¹² «Actas das Sessões, 10 de Junho de 1891», in *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, *op. cit.*

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas Ed., 3.^a Edição, 1976, p. 174.

¹⁶ Vide A. MARQUES GUEDES, «Os Últimos Tempos da Monarquia 1890-1910», in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, *op. cit.*, pp. 412-452.

¹⁷ MARCELLO CAETANO, *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*, Lisboa, Ed. Ática, 4.^a edição, 1971, p. 175.

¹⁸ Vide A. MARQUES GUEDES, «Os Últimos Tempos da Monarquia 1890-1910», in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, *op. cit.*, pp. 432-433.

¹⁹ Ibidem, p. 433.

²⁰ Vide JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *op. cit.*, pp. 123-124.

²¹ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, «Revisão Histórica da Participação de Portugal na I Guerra Mundial: A Dimensão Ibérico-Insular», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLIII, Tomo II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, p. 6.

²² Folheto «Aos Republicanos Portugueses», Coimbra, 15 de Novembro de 1890, assinado entre outros por António José de Almeida e Afonso Costa.

²³ JOSÉ RELVAS, *Memórias Políticas*, Vol. I, Prefácio de João Medina, apresentação e notas de Carlos Ferrão, Lisboa, Terra Livre, 1977-1978, p. 87.

²⁴ JOSÉ RELVAS, *op. cit.*, p. 90.

²⁵ J. CALVET DE MAGALHÃES, *Breve História Diplomática de Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1990, p. 218.

²⁶ Vide jornal *O Século*, 4 de Agosto de 1911.

- ²⁷ Vide MANUEL TEIXEIRA GOMES, *Correspondência. Cartas para Políticos e Diplomatas*, Vol. I, Introdução e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Portugália Ed., 1960.
- ²⁸ Carta de Teixeira Gomes, datada de Londres, 13 de Setembro de 1911, *Ibidem*, pp. 75-77.
- ²⁹ Relato do jornal *O Século*, 12 de Setembro de 1911.
- ³⁰ Vide SACUNTALA DE MIRANDA, *Portugal: O Círculo Vicioso da Dependência (1890-1939)*, Lisboa, Ed. Teorema, 1991, p. 111.
- ³¹ *Ibidem*, pp. 18-19.
- ³² MARCELLO CAETANO, *op. cit.*, p. 188.
- ³³ Vide GENERAL FERREIRA MARTINS, *Portugal na Grande Guerra*, Vol. i, Lisboa, A'fica, 1934-1938, p. 48.
- ³⁴ Vide série de artigos de Teixeira Gomes na *Seara Nova* de 15 de Outubro de 1931, 16 de Agosto de 1934 e de 14 de Abril de 1935, sob o título genérico «Uma fácil vitória diplomática».
- ³⁵ Vide JEAN DEROU, *Les Relations Franco-Portugaises (1910-1926)*, Paris, Publications de Ia Sorbonne, Série International - 28, 1986.
- ³⁶ JOHN VICENT-SMITH, *As Relações Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.
- ³⁷ «Remarks on the Anglo-Portuguese Alliance and the Strategic Value of the Portuguese Colonies», *ibidem*, pp. 67-68.
- ³⁸ Vide JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Um Século de Problemas - As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 31.
- ³⁹ JOÃO CHAGAS, *Diário*, Vol. IV, Lisboa, Ed. Parceria António Maria Pereira, 1932, p. 451.
- ⁴⁰ HIPÓLITO DE LA TORRE GÓMEZ, *Na Encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, Ed. Estampa, 1980, pp. 139-148.
- ⁴¹ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, «Revisão Histórica da Participação de Portugal na I Guerra Mundial: A Dimensão Ibérico-Insular», *op. cit.*
- ⁴² *Diário do Governo*, I Série, 17 de Janeiro de 1917.
- ⁴³ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Portugal na Conferência da Paz*, Paris, 1919, Lisboa, Ed. Quetzal, 1992.
- ⁴⁴ *Ibidem*.
- ⁴⁵ *Ibidem*.
- ⁴⁶ A. MARQUES GUEDES, *A Aliança Inglesa. Notas da História Diplomática (1383-1943)*, Lisboa, Ed. Enciclopédia, 1943.
- ⁴⁷ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *ibidem*.
- ⁴⁸ Vide entrevista de Gago Coutinho ao jornal *O Século*, 26 de Agosto de 1927.
- ⁴⁹ Vide JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, «Política Externa Entre as Duas Guerras», in *Diário de Notícias*, Página de História, 16 de Junho de 1983.
- ⁵⁰ Sobre estes aspectos da política externa da Ditadura Militar vide BETTENCOURT RODRIGUES, *Vinte e Oito Meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1929.
- ⁵¹ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 147.
- ⁵² FRANCO NOGUEIRA, *Salazar*, Vol. 1I, Coimbra, Atlântida Ed., s.d., p. 303.
- ⁵³ *Idem*, *Salazar*, Vol. III, 2.^a ed., Coimbra, Atlântida Ed., 1983, pp. 230-231.

⁵⁴ Ibidem, p. 305.

⁵⁵ Vide JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Um Século de Problemas, op. cit.*, pp. 51.

⁵⁶ *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, Vol. III, MNE, INCM, Lisboa, pp. 90-91.

⁵⁷ Vide PEDRO THEOTÓNIO PEREIRA, *Memórias*, Vol. II, Lisboa, Ed. Verbo, 1973, pp. 17 e 23.

⁵⁸ Vide IVA DELGADO, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Ed. Europa-América, s.d.; CÉSAR OLIVEIRA, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Ed. O Jornal, 1987.

⁵⁹ FERNANDO ROSAS, «Cinco teses sobre a política de neutralidade na II Guerra Mundial», in *Diário de Notícias*, Página de História, 16 de Junho de 1983.

⁶⁰ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, «Os Açores nas duas Guerras Mundiais», in *Política Internacional*, n.º 1, Janeiro 1990, Lisboa, 1990, p. 12.

⁶¹ A. OLIVEIRA SALAZAR, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, Vol. III, 2.^a edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1943, p. 174.

⁶² Vide por todos a sistematização feita por FERNANDO ROSAS, *O Salazarismo e a Aliança Inglesa*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1988, pp. 107-136.

⁶³ Vide JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *O Comportamento Político dos Militares - Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX, op. cit.*, p. 391.

⁶⁴ *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*, Vol. XI, *op. cit.*, p. 16.

⁶⁵ MARIA DA GRAÇA BRETES, *Timor Entre Invasores 1941-1945*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 20.

⁶⁶ *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*, Vol. XI, *op. cit.*, p. 23.

⁶⁷ Ibidem, p. 25.

⁶⁸ GEORGE F. KENNAN, «Portugal at the outset of 1943», citado em JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *O Comportamento Político dos Militares - Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX, op. cit.*, p. 211.

⁶⁹ Ibidem, pp. 206-207.

⁷⁰ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, «Teoria e Prática do Binómio Estratégia e Relações Internacionais», in *Nação e Defesa*, n.º 33.0, IDN, Lisboa, 1985.

⁷¹ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, «Os Açores nas Duas Guerras Mundiais», *op. cit.*, p. 14.

⁷² *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, Vol. XI, *op. cit.*, pp. 333-334.

⁷³ A. OLIVEIRA SALAZAR, «Exposição Sobre a Política Interna e Externa», datada de 18 de Agosto de 1945, in A. OLIVEIRA SALAZAR, *Discursos e Notas Políticas 1943-1950*, Vol. IV, Coimbra, Coimbra Ed., 1951, p. 142.

⁷⁴ Sobre o processo de admissão de Portugal às Nações Unidas em 1946 vide ISABEL ALARCÃO E SILVA, *A 1.ª Nu, o Estado Novo e o Movimento de Unidade Democrática*, trabalho desenvolvido no seminário «Regimes e Política Externa», orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Policopiado, Lisboa, 1990.

⁷⁵ FERNANDO REINO, «As Relações Luso-Espanholas no Contexto de uma Europa Unida», in *Política Internacional*, n.º 2, Lisboa, 1990, p. 40.

⁷⁶ MARIA FERNANDA ROLLO, *Portugal e o Plano Marshall*, trabalho desenvolvido no seminário «Regimes e Política Externa», orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Policopiado, Lisboa, 1990, p. 53.

⁷⁷ FRANCO NOGUEIRA, *Salazar*, Vol. IV, *op. cit.*, p. 89.

⁷⁸ MARIA FERNANDA ROLLO, *Op. cit.*, p. 58.

⁷⁹ A. OLIVEIRA SALAZAR, *Discursos e Notas Políticas 1943-1950*, Vol. IV, *op. cit.*, p. 327 e seguintes.

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 327-328.

⁸¹ FRANCO NOGUEIRA, Salazar, Vol. IV, *op. cit.*, p. 252.

⁸² JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, «As Ditaduras Ibéricas e a Fundação da Aliança Atlântica», in *O Estado Novo — Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1987, p. 395.

⁸³ NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, *Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico*, exposição apresentada no Seminário de História da Política Externa Portuguesa no ano lectivo de 1982-1983, orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e publicada no *Diário de Notícias* de 16 de Junho de 1983.

⁸⁴ Vide JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Um Século de Problemas*, *op. cit.*; *idem*, «A Ratificação Portuguesa do Tratado do Atlântico Norte», in *Política Internacional*, n.º 1, Janeiro 1990, Lisboa, 1990, pp. 155--157.

⁸⁵ Discurso de Salazar na Assembleia Nacional por ocasião da ratificação do Tratado do Atlântico Norte, sessão de 25 de Julho de 1949, in A. OLIVEIRA SALAZAR, *Discursos e Notas Políticas, 1943-1950*, Vol. IV, *op. cit.*, p. 410.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ Vide MARIA DE FÁTIMA CALDEIRA, *A Adesão de Portugal à EFTA*, trabalho desenvolvido no seminário «Regimes e Política Externa», orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Policopiado, Lisboa, 1990.

⁸⁸ FRANCO NOGUEIRA, Salazar, Vol. IV, *op. cit.*, p. 275.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ FRANCO NOGUEIRA, Salazar, Vol. V, Porto, Ed. Civilização, 1984, pp. 357-358.

⁹¹ JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Um Século de Problemas*, *op. cit.*, p. 67.

⁹² As posições do Governo estão compendiadas no estudo de FRANCO NOGUEIRA, *As Nações Unidas e Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Ática, 1962.

⁹³ Foi o caso da diplomacia norte-americana que pelo menos por duas vezes tentou convencer Salazar a inflectir a sua política ultramarina em 1961 e 1964, vide JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, *op. cit.*, pp. 54-59.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 60.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

1. Publicações periódicas:

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino (1891).

Diário do Governo, I Série (1917).

Seara Nova (1931-1935).

Século (0) (1911-1927).

2. Fontes narrativas e documentais:

ALMEIDA, António José de, COSTA, Afonso, e outros, *Aos Republicanos Portugueses*, Coimbra, 15 de Novembro 1890.

CHAGAS, João, *Diário*, 4 volumes, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1929-1932.

Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1944), 4 volumes, Ed. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1987-1991.

Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950), Vol. I, Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1988.

Dez Anos de Política Externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 13 volumes, Lisboa, INCM, 1961-1988.

Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portugal no Conflito Europeu, 1.ª parte, Negociações até à Declaração de Guerra, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920.

GOMES, Manuel Teixeira, *Correspondência. Cartas para Políticos e Diplomatas*, colectânea, Vol. I, Introdução e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Portugália Editora, 1960.

MATHIAS, Marcello, *A Minha Correspondência com Salazar (1947-1968)*, Lisboa, Difel, 1984. *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional.

Negócios Externos – Documentos Apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1890 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros – Negócios da África Oriental e Central – Correspondência com a Inglaterra e Documentos Correlativos até 13 de Janeiro de 1890, Lisboa, 1890.

PEREIRA, Pedro Theotónio, *Memórias*, Vol. II, Lisboa, Ed. Verbo, 1973.

RELVAS, José, *Memórias Políticas*, Prefácio de João Medina e notas de Carlos Ferrão, 2 volumes, Lisboa, Terra Livre, 1977-1978.

RODRIGUES, Bettencourt, *Vinte e Oito Meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1929.

SALAZAR, A. de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, Vols. III e IV, Coimbra Editora, 1943, 1951.

Estudos

ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império*, Dissertação de Doutoramento, Policopiado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988.

ALMADA, José de, *A Aliança Inglesa. Subsídios Para o Seu Estudo*, 2 volumes, MNE, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946-1947.

BRAZÃO, Eduardo, *Relance da História Diplomática de Portugal*, Porto, Liv. Civilização, 1940.

BRETES, Maria da Graça, *Timor Entre Invasores 1941-1945*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

CAETANO, Marcello, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Lisboa, Ed. Afica, 4.ª Edição, 1971.

CALDEIRA, Maria de Fátima, *A Adesão de Portugal à EFTA*, trabalho desenvolvido no seminário «Regimes e Política Externa», orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Policopiado, Lisboa, 1990.

CALDEIRA, Maria de Fátima, *Portugal no Contexto da Cooperação EUA-Europa no Pós-Guerra*, Trabalho desenvolvido no seminário «Regimes e Política Externa», orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Policopiado, Lisboa, 1990.

CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Ed. Teorema, 1990.

DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Pub. Europa-América, Lisboa, s.d.

DEROU, Jean, *Les Relations Franco-Portugaises (1910-1926)*, Paris, Publications de la Sorbonne, Série Internationale - 28, Paris, 1986.

FERREIRA, José Medeiros, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, INCM, 1981.

FERREIRA, José Medeiros, «História da Política Externa Portuguesa Entre as Duas Guerras», in *Diário de Notícias*, Página de História, 16 de Junho de 1983.

FERREIRA, José Medeiros, «Revisão Histórica da Participação de Portugal na I Guerra Mundial: A Dimensão Ibérico-Insular», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLIII, Tomo I, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.

FERREIRA, José Medeiros, «Teoria e Prática do Binómio Estratégia e Relações Internacionais», in *Nação e Defesa*, n.º 33, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1985.

FERREIRA, José Medeiros, «As Ditaduras Ibéricas e a Fundação da Aliança Atlântica», in *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Vol. I, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1987, pp. 395-401.

FERREIRA, José Medeiros, *Um Século de Problemas - As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

FERREIRA, José Medeiros, «A Ratificação Portuguesa do Tratado do Atlântico Norte - Nota Introdutória», in *Política Internacional*, n.º 1, Janeiro 1990, pp. 155-157.

FERREIRA, José Medeiros, «Os Açores nas Duas Guerras Mundiais», in *Política Internacional*, n.º 1, Janeiro 1990, Lisboa, 1990, pp. 5-17.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares - Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, policopiada, 1990.

FERREIRA, José Medeiros, «Portugal», in *Dicionário de Política Internacional*, Lisboa, Ed. D. Quixote, 1990, pp. 438-444.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal na Conferência da Paz* (Paris, 1919), Lisboa, Quetzal, 1992.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares - Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Estampa, 1992.

GUEDES, Armando Marques, *A Aliança Inglesa. Notas da História Diplomática (1383-1943)*, Lisboa, Ed. Enciclopédia, 1943.

História de Portugal, dirigida por Damião Peres, Vol. VII, Cap. XV, XVI, XVII, 1.º Suplemento, 2.º Suplemento, Edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade, Barcelos, Porto, Portucalense Ed., Liv. Civilização, 1928-1935, 1954-1958, 1981.

MAGALHÃES, J. Calvet de, *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Europa-América, 1990.

- MAGALHÃES, J. Calvet de, *História das Relações Diplomáticas Entre Portugal e os EUA*, Lisboa, Europa-América, 1991.
- MAGALHÃES, J. Calvet de, «Portugal e a Integração Europeia», in *Estratégia*, n.º 4, 1987-1988, pp. 33-74.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas Ed., 3.ª Edição, 1976.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal, Da Monarquia para a República*, Nova História de Portugal, Vol. XI, Lisboa, Presença, 1991.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *Portugal em África*, 1.ª ed., s.l., 1891.
- MARTINS, General Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, 2 volumes, Lisboa, Ática, 1934-1938.
- MIRANDA, Sacuntala de, *Portugal: O Círculo Vicioso da Dependência, 1890-1939*, Lisboa, Ed. Teorema, 1991.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *As Nações Unidas e Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Ática, 1962.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Diálogos Interditos. A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, 2 volumes, Lisboa, Ed. Intervenção, 1979.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Salazar*, Vols., I, II, III, IV, V, VI, Coimbra, Porto, Atlântida Ed., Ed. Civilização, s.d., 1985.
- OLIVEIRA, César, *Portugal e a II República de Espanha 1931-1936*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, s.d.
- OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Ed. O Jornal, 1987.
- OLIVEIRA, César, *Salazar e o Seu Tempo*, Lisboa, Ed. O Jornal, 1991.
- REINO, Fernando, «As Relações Luso-Espanholas no Contexto de uma Europa Unida», in *Política Internacional*, n.º 2, Lisboa, 1990, pp. 37-57.
- ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, trabalho desenvolvido no seminário «Regimes e Política Externa», orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, policopiado, Lisboa, 1990.
- ROSAS, Fernando, «Cinco teses sobre a política de neutralidade na II Guerra Mundial», in *Diário de Notícias*, Página de História, 16 de Junho de 1983.
- ROSAS, Fernando, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1988.
- ROSAS, Fernando, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1989.
- SAMPAIO, Luís Teixeira de, *Estudos Históricos*, Lisboa, MNE, Biblioteca Diplomática, 1984.
- SILVA, Isabel Alarcão e, *A ONU, o Estado Novo e o Movimento de Unidade Democrática em 1946*, trabalho desenvolvido no seminário «Regimes e Política Externa», orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, policopiado, Lisboa, 1990.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «Portugal na Fundação do Pacto Atlântico», exposição apresentada no seminário «História da Política Externa Portuguesa», ano lectivo 1982-1983, orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, publicada no *Diário de Notícias*, 16 de Junho de 1983.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês*, Lisboa, Ed. Alfa, Coleção Testemunhos Contemporâneos, 1990.

TELO, António, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Lisboa, Ed. Vega, 1991.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de Ia, *Conspiração Contra Portugal (1910-1912)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de Ia, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha (1913-1919)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1980.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de Ia, *Do «Perigo Espanhol» à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1985.

VICENTE, Ana, *Portugal visto pela Espanha – Correspondência Diplomática (1939-1960)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1992.

VINCENT-SMITH, John D., *As Relações Políticas Luso-Britânicas (1910-1916)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.